

# O PAPEL DO **PARLAMENTO** NA IMPLEMENTAÇÃO DOS **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

UMA VERSÃO ADAPTADA PARA AS AMÉRICAS E O CARIBE



Canada

Este documento foi possível em parte graças ao generoso aporte do Ministério de Assuntos Globais (GAC) do Governo do Canadá.

Publicado em outubro de 2019.

## ÍNDICE

<b>Sumário Executivo.....</b>	<b>5</b>
<b>1. Interseção dos parlamentos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável...7</b>	
1.1. Princípios fundamentais subjacentes à Agenda 2030 .....	7
1.2. O parlamento como ator-chave na realização da Agenda 2030 .....	8
<b>2. O Papel dos Parlamentos no Avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>9</b>
2.1. Representação: envolvendo a população em torno da Agenda 2030 e facilitar a participação pública .....	9
2.2. Legislação no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	14
2.3. Engajamento nos processos de aprovação e supervisão do orçamento.....	16
2.4. Monitorando a implementação efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	19
<b>3. Medidas institucionais para a Agenda 2030 .....</b>	<b>23</b>
3.1. Coordenando esforços para uma melhor implementação e supervisão .....	23
3.2. Fortalecer a capacidade institucional para contribuir para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	26
<b>Bibliografia.....</b>	<b>32</b>
<b>Lista de verificação para legisladores.....</b>	<b>33</b>

## ParlAmericas

O ParlAmericas é a instituição que promove a diplomacia parlamentar no sistema interamericano. Composto pelas 35 legislaturas nacionais nas Américas do Norte, Central e do Sul e do Caribe, o ParlAmericas promove o diálogo político cooperativo, facilita o intercâmbio de boas práticas legislativas e produz recursos personalizados para apoiar os parlamentares em seu trabalho. Atualmente, a programação do ParlAmericas está focada em três pilares prioritários: desenvolvimento sustentável e mudança climática, igualdade de gênero e parlamentos abertos. A Secretaria Internacional do ParlAmericas está sediada em Ottawa, Canadá. [www.parlamericas.org](http://www.parlamericas.org)

## Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

O PNUD faz parceria com pessoas de todos os níveis da sociedade para ajudar a construir nações que possam suportar crises, impulsionar e sustentar o tipo de crescimento que melhora a qualidade de vida de todos. Em quase 170 países e territórios, oferecemos perspectiva global e visão local para ajudar a fortalecer vidas e construir nações resilientes. O PNUD se dedica a ajudar os parlamentos, nos níveis nacional e subnacional, a cumprir seu mandato de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio do fornecimento de conhecimentos técnicos, compartilhamento de conhecimentos entre pares, bem como publicações e produtos de conhecimento de alta qualidade. O PNUD também é o maior implementador de projetos de apoio parlamentar do mundo, trabalhando com mais de 60 parlamentos nacionais. [www.undp.org](http://www.undp.org)

## Agradecimento

O ParlAmericas e o PNUD gostariam de agradecer ao Banco Islâmico de Desenvolvimento (IDB, sigla em inglês) e à Organização Global de Parlamentares Contra a Corrupção (GOPAC, sigla em inglês) que, em cooperação com o PNUD, publicou o manual sobre “O papel do Parlamento na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,” em 2015. O trabalho dessas organizações serviu de inspiração para a adaptação deste documento. Gostaríamos de agradecer aos autores originais da publicação, Kevin Deveaux e Charmaine Rodrigues, e agradecer ao IDB e ao GOPAC por aprovarem a criação de um manual parlamentar adaptado para as Américas e o Caribe. Essa adaptação foi preparada pela Secretaria Internacional do ParlAmericas e pelo Centro Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe. Também agradecemos os comentários e conselhos recebidos dos seguintes revisores: Charles Chauvel, Instituições e Processos Inclusivos de Líderes Globais, PNUD; Mads Hove, Especialista em Desenvolvimento, Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca; e Gonzalo Pizarro, Assessor de Política Regional sobre Pobreza, ODS e Desenvolvimento Humano, PNUD.

### Aviso

As opiniões, designações e recomendações apresentadas neste documento não refletem necessariamente a posição oficial do PNUD.

## Sumário Executivo

A paz e o desenvolvimento sustentáveis são essenciais para o futuro do planeta e da humanidade. Essa visão é apresentada na [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#) (Agenda 2030), que visa acabar com a pobreza, construir sociedades pacíficas e promover a prosperidade e o bem-estar das pessoas, protegendo o meio ambiente para as gerações atuais e futuras. A agenda adotada pelos Estados membros das Nações Unidas em 2015, chama todos os países a traduzir os ambiciosos e transformadores Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em prioridades nacionais e, envolver os atores da sociedade civil, o setor privado, o meio acadêmico e a ciência, na busca por um mundo em que “todos os seres humanos possam exercer seu potencial com dignidade e igualdade.”

A Agenda 2030 reconhece, explicitamente, que os parlamentares têm um papel crítico a desempenhar na adoção e conquista dos ODS - não apenas como legisladores, mas também como representantes eleitos pelo povo. Além disso, os parlamentares desempenharam um papel importante na definição do conteúdo da Agenda, contribuindo com perspectivas sobre lacunas, oportunidades e prioridades de ação, por meio de agrupamentos globais, regionais e nacionais. Esses insumos foram utilizados na produção final da Agenda 2030, bem como dos seus 17 objetivos e 169 metas de ação.

Desde a adoção da Agenda 2030, os países fizeram avanços significativos na incorporação dos ODS nos planos nacionais de desenvolvimento e estruturas de monitoramento e avaliação, incluindo indicadores para acompanhar o progresso dos mesmos. Nesse contexto, deu-se continuidade aos esforços para integrar os ODS e suas metas nas políticas setoriais e planos de investimento, e fortalecer os sistemas estatísticos nacionais. Além disso, mecanismos, guias e parcerias foram desenvolvidos para promover o engajamento de diversas partes interessadas - incluindo mulheres, jovens e grupos tradicionalmente marginalizados - na implementação da Agenda 2030. No entanto, ainda há muito a ser feito.

Os legisladores estão em uma posição única para atuar como uma interface entre o povo e as instituições estatais para promover e adotar políticas e legislação centradas nas pessoas, visando garantir que ninguém seja deixado para trás. Os parlamentares nas Américas e no Caribe têm, portanto, uma oportunidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de desempenhar um papel de protagonista no apoio e no monitoramento da implementação dos ODS, conforme dito na Declaração da Agenda de 2030.

Em 2015, a Organização Global de Parlamentares Contra a Corrupção, o Banco Islâmico de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, produziram um manual global para aprimorar o envolvimento parlamentar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup>. Essa publicação, desenvolvida pelo ParlAmericas e pelo Escritório Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe, é uma versão adaptada e atualizada desse manual, com foco nos mecanismos, instrumentos e práticas que os parlamentos do hemisfério estão utilizando para integrar os ODS em seu trabalho, e contribuir para a implementação efetiva da Agenda 2030 em seus países.

Os parlamentos e seus membros, em diálogo com as partes interessadas relevantes, estão em melhor posição para determinar as maneiras mais apropriadas de desempenhar um papel ativo na realização dos ODS. O presente manual procura apoiar esse diálogo nas Américas e no Caribe da seguinte forma: 1) fornecendo uma estrutura para avaliar e projetar opções de engajamento; 2) compartilhando informações sobre boas práticas e 3) discutindo oportunidades e desafios na aplicação de padrões internacionais ao trabalho dos parlamentos.

Essa publicação inclui uma lista dos principais fatores a serem considerados pelos parlamentares ao avaliar projetos de leis ou legislação a partir da perspectiva dos ODS, sendo útil também para os parlamentares envolvidos na condução da supervisão de orçamento e despesas estatais.

<sup>1</sup> GOPAC, PNUD e BID. O Papel do Parlamento na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015). <http://gopacnetwork.org/wp-content/uploads/2017/04/sdghandbook2.pdf>

## Esse manual examina as responsabilidades dos parlamentos, sendo elas:

- Garantir que a implementação dos ODS se baseie nos três princípios de universalidade, integração e não deixar ninguém para trás - por meio de uma abordagem que promova a inclusão de grupos marginalizados e garanta uma perspectiva de gênero;
- Engajar atores da sociedade civil, promovendo a participação cidadã e considerando suas necessidades e contribuições durante o desenvolvimento de legislação que afeta a implementação dos ODS;
- Examinar e monitorar as políticas e planos governamentais para avançar na implementação dos ODS, garantindo ao mesmo tempo que eles sejam adequadamente adaptados ao contexto local;
- Apoiar instituições nacionais na implementação da Agenda 2030 e no desenvolvimento de ferramentas e indicadores para acompanhar o progresso na consecução das metas dos ODS;
- Adotar a legislação necessária para criar, atualizar e desenvolver um quadro jurídico que promova a realização dos ODS;
- Garantir a alocação de recursos adequados para a implementação dos ODS, por meio da adoção do orçamento anual do estado e do monitoramento de como a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, sigla em inglês) é utilizada para apoiá-lo;
- Colaborar com os governos para identificar como outros atores, como sociedade civil, partidos políticos, setor privado e mídia, podem se envolver para alcançar os ODS;
- Capacitar os parlamentos para garantir que parlamentares e funcionários estejam equipados com o conhecimento e os recursos necessários para apoiar a implementação, o monitoramento e a avaliação dos ODS.

## **OBJETIVOS** DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



# 1. Interseção dos parlamentos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## 1.1. Princípios fundamentais subjacentes à Agenda 2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável está baseada em três princípios: Universalidade, Integração e Não Deixar Ninguém para Trás<sup>2</sup>. Esses princípios devem estar no centro de todos os esforços para apoiar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas. A Agenda 2030 é universal, pois exige a ação de todos os países, respeitando as diferentes capacidades de cada nação, e construindo simultaneamente para permitir ações adicionais. Assim, tem como premissa a integração, pois promove a coordenação transversal com várias partes interessadas, bem como a interconexão e indivisibilidade entre todos os 17 ODS. Por fim, a Agenda busca beneficiar todas as pessoas, comprometendo-se a não deixar ninguém para trás e apelando à participação significativa de todos os segmentos da sociedade - incentivando o empoderamento das mulheres e de grupos tradicionalmente marginalizados, como jovens, pessoas que vivem em situação de pobreza, pessoas com deficiência, povos indígenas, refugiados e migrantes.

Os parlamentos podem apoiar e influenciar de maneira mais eficaz a consecução integral dos objetivos dos ODS, considerando suas interligações. Por exemplo, se considerarmos o ODS 5, as legislaturas podem contribuir para a conquista da igualdade de gênero, não apenas desenvolvendo legislação relevante, mas também promovendo a liderança política das mulheres nos parlamentos e promovendo a incorporação da perspectiva de gênero nas legislaturas.

Além disso, os parlamentos têm um papel a desempenhar na análise de como a questão da igualdade de gênero se divide em vários temas e setores. Por exemplo, como a mudança climática afeta mulheres e meninas de forma diferente, sendo fundamental a adoção de medidas para promover legislação climática sensível ao gênero, garantindo, ao mesmo tempo, que o trabalho para o empoderamento das mulheres e os esforços para mitigação e adaptação se reforcem mutuamente.

### Universalidade

A universalidade implica que objetivos e metas sejam relevantes para cada governo e ator. Isso não significa uniformidade, mas diferenciação, aplicando o princípio de responsabilidades comuns, mas, diferenciadas.

Os países são incentivados a desenvolver um processo nacional de planejamento de desenvolvimento sustentável para adaptar os ODS ao contexto local. Os parlamentos poderiam contribuir para esse processo de planejamento estratégico, alinhando seu trabalho na adoção de legislação (inclusive orçamento) e supervisionando as ações do governo com a estratégia nacional dos ODS.

### Não deixar ninguém para trás

Para erradicar a pobreza e quebrar o ciclo da desigualdade, os ODS devem beneficiar a todos. O progresso deve ser independente do nível de renda, da condição étnica ou racial, cor da pele, orientação e identidade sexual, sexo, deficiência física ou mental, religião, nacionalidade, status das migrações, e outros elementos. Esse desafio promove o uso de dados desagregados para entender os obstáculos sociais de cada cidadão.

Os parlamentos podem criar oportunidades de participação cidadã em todo o processo legislativo, bem como focar de forma mais específica em grupos vulneráveis ou tradicionalmente marginalizados. Podem também desenvolver ferramentas para ajudar a avaliar o impacto da legislação adotada/avaliada sobre as pessoas marginalizadas e das políticas públicas que supervisionam.

<sup>2</sup> PNUD. Um foco multidimensional para a agenda de 2030 (2017), 1. <https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/human-development/unidad-1--un-enfoque-multidimensional-para-abordar-la-agenda-203.html>

## Integração

Integração de políticas públicas significa equilibrar as dimensões de desenvolvimento social, crescimento econômico e proteção ambiental. Uma abordagem integrada implica gerenciar compensações e maximizar sinergias entre os objetivos.

As legislaturas podem contribuir para a consecução integral de metas individuais, criando mais oportunidades para o diálogo intersetorial, estabelecendo mecanismos para avaliar como as ações de um setor podem afetar outros setores, promover uma abordagem holística do desenvolvimento nacional e priorizar a ação legislativa que considere e crie uma série de benefícios comuns em diferentes áreas de desenvolvimento sustentável, levando a um "efeito multiplicador."

## 1.2. O parlamento como ator-chave na realização da Agenda 2030

Como representantes eleitos pelo povo, os parlamentares têm um papel crítico a desempenhar na condução de uma agenda de desenvolvimento centrada nas pessoas, que reflita e responda às diversas necessidades de seus eleitores. Nas últimas décadas, tem-se percebido a crescente importância de envolver os parlamentares nos esforços para buscar caminhos de desenvolvimento sustentável, que sejam ao mesmo tempo sensíveis ao meio ambiente e baseados em crescimento inclusivo. Por meio de seus mandatos, por exemplo, na elaboração de leis e na supervisão de políticas e programas governamentais - incluindo a promulgação e a análise do orçamento do governo e da legislação relacionada - além de representar as opiniões de seus eleitores, os parlamentares são parceiros valiosos para garantir a prestação de contas, a participação, a inclusão e transparência governamental necessária para alcançar o desenvolvimento sustentável para todos.

### Igualdade de gênero: um pré-requisito para o progresso em todos os ODS

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece que a igualdade de gênero é fundamental para a realização de cada um dos 17 ODS. O desenvolvimento só será sustentável se beneficiar equitativamente mulheres e homens, e meninas e meninos. As taxas de pobreza extrema, por exemplo, são mais altas entre as mulheres do que os homens na América Latina e no Caribe, o que deve ser considerado no desenho de todas as medidas contra a pobreza.

A igualdade de gênero também é um objetivo autônomo, através do ODS 5, de "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas." Para medir as lacunas e o progresso em direção ao ODS 5, bem como aos outros 16 objetivos, é necessário que os países colem, sistematicamente, dados de qualidade e desagregados por gênero. Por sua vez, isso requer recursos adequados, capacidades técnicas e uma abordagem sensível ao gênero para todas as tomadas de decisão.

Os parlamentos devem considerar a consulta feita pela [\*Estratégia de Montevideu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero dentro do Quadro de Desenvolvimento Sustentável até 2030\*](#). Essa estratégia, adotada pela Comissão Econômica para os países membros da América Latina e Caribe, estabelece um roteiro para implementar a Agenda 2030 por meio da conquista da igualdade de gênero, o cumprimento dos direitos humanos e a autonomia das mulheres. Soluções também são identificadas para superar os obstáculos estruturais à igualdade de gênero na região, até 2030.

Reconhecer a valiosa contribuição que os parlamentares podem dar ao desenvolvimento sustentável é fundamental à medida que o mundo avança na implementação da Agenda 2030 e seus ODS. A Declaração da Agenda 2030 é um documento inspirador, comprometendo-se explicitamente a "não deixar ninguém para trás" e estabelecendo que todo o desenvolvimento deve ser "centrado nas pessoas." Esse compromisso com a inclusão social, econômica e política de todos - independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou status econômico, entre outros - sustenta tanto os próprios objetivos quanto as metas para alcançá-los. Os parlamentares podem e têm desempenhado um papel proativo no apoio a esses esforços, sendo essencial que esse papel continue e se torne mais forte.

## Grupos parlamentares dedicados a promover e supervisionar a implementação da Agenda 2030

Vários países estabeleceram mecanismos parlamentares para impulsionar o cumprimento da Agenda 2030 e, criar oportunidades de colaboração entre partidos em torno dos ODS. Por exemplo, o Senado do México estabeleceu um grupo de trabalho com representantes de várias comissões parlamentares, coordenado pela Comissão de Relações com Organizações Internacionais<sup>3,4</sup>. No Equador, o Grupo Parlamentar para a Erradicação da Pobreza e a Realização dos ODS foi formado na Assembleia Nacional<sup>5</sup>. A Assembleia Nacional da Nicarágua tem um grupo parlamentar para alcançar e integrar a Agenda 2030<sup>6</sup>. No Brasil, o Congresso Nacional criou a Frente Parlamentar Conjunta<sup>7</sup> para apoiar os esforços de desenvolvimento sustentável.

## 2. O Papel dos Parlamentos no Avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

### 2.1. Representação: envolvendo a população em torno da Agenda 2030 e facilitar a participação pública

A legitimidade de um parlamento e de seus membros deriva do fato de serem eleitos para representar o povo de um país (estado ou província). A instituição e seus membros individuais devem, portanto, conceber e manter meios ativos de envolver o público para averiguar rotineiramente seus interesses, opiniões e preocupações. Ao mesmo tempo, é importante garantir que as consultas públicas e o engajamento das partes interessadas sejam realizados de maneira estratégica para evitar a sobrecarga de informações, e criar as condições mais favoráveis para uma colaboração significativa de intercâmbio com parlamentos e governos. É igualmente importante estabelecer mecanismos e processos de consulta que garantam oportunidades iguais de participação para populações historicamente marginalizadas.

Os parlamentares não podem ser especialistas em todos os tópicos a serem considerados. No entanto, eles têm responsabilidade perante aqueles que vivem de acordo com as leis e os orçamentos que aprovam, devendo garantir que sejam amplamente consultados e informados sobre os processos que os afetam. Uma maior contribuição constituinte pode melhorar a qualidade das leis e orçamentos, tornando mais provável a aceitação e satisfação do público.

<sup>3</sup> Senado da República do México. Acordo do Conselho de Administração do Senado da República que estabelece a metodologia para monitorar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (2016). [https://infosen.senado.gob.mx/sgsp/gaceta/63/2/2016-08-31-2/assets/documentos/2\\_Acuerdo\\_MD\\_agenda\\_2030\\_UNU.pdf](https://infosen.senado.gob.mx/sgsp/gaceta/63/2/2016-08-31-2/assets/documentos/2_Acuerdo_MD_agenda_2030_UNU.pdf)

<sup>4</sup> Senado da República do México e CREOI. Relatório do Grupo de Trabalho para o Monitoramento Legislativo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (2018). [https://infosen.senado.gob.mx/sgsp/gaceta/63/3/2018-07-11-1/assets/documentos/Com\\_Rel\\_Ext\\_OI\\_Memoria\\_Agenda\\_2030.pdf](https://infosen.senado.gob.mx/sgsp/gaceta/63/3/2018-07-11-1/assets/documentos/Com_Rel_Ext_OI_Memoria_Agenda_2030.pdf)

<sup>5</sup> "Presentación del Grupo Parlamentario por la Erradicación de la Pobreza se hizo con un foro." Sala de Prensa de la Asamblea Nacional de la República de Ecuador, 12 de diciembre, 2017. <https://www.asambleanacional.gob.ec/es/noticia/53028-presentacion-del-grupo-parlamentario-por-la-erradicacion>

<sup>6</sup> "O Parlamento instalou um grupo institucional para apoiar a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável." Notícias recentes da Assembleia Nacional da Nicarágua, 21 de abril de 2016. <https://www.asambleanacional.gob.ec/es/noticia/53028-presentacion-del-grupo-parlamentario-por-la-erradicacion>

<sup>7</sup> Câmara dos Deputados do Brasil. Registro da Frente Parlamentar Conjunta em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para os ODS (2019). [https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/54145-integra.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54145-integra.pdf)

## ODS 16 como um facilitador transversal para o progresso da Agenda 2030

Os sete princípios de instituições fortes estabelecidos no ODS 16 (eficazes, inclusivas, responsivas, participativas, representativas, responsáveis e transparentes), bem como sociedades pacíficas, não são apenas valiosos por si só, mas também são necessários para alcançar todos os outros ODS.

Assim, não importa se o objetivo está relacionado à educação, saúde, crescimento econômico, mudança climática ou, mais além, sem a paz sustentável, que vai além da mera ausência de violência e inclui o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito, os ganhos no desenvolvimento são nulos. E sem a inclusão e o acesso à justiça para todos, as desigualdades na redução da pobreza e no desenvolvimento socioeconômico aumentarão e os compromissos dos países em deixar ninguém para trás não serão atendidos<sup>8</sup>.

Os benefícios do diálogo público sobre o trabalho do parlamento também se aplicam à implementação dos ODS. É fundamental que as estruturas legais e o orçamento alocado para alcançar a implementação dos Objetivos sejam baseados nas ideias e perspectivas das pessoas que serão afetadas e que se beneficiarão com essas mudanças. Os ODS precisam ser entendidos e aceitos pela população como um conjunto de objetivos que podem melhorar suas vidas e comunidades.



Fotografia: PNUD Peru

## Inclusão na composição parlamentar: o exemplo da representação indígena

O reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas foi incorporado às Constituições Políticas dos Estados onde existe uma presença relevante da população indígena; é o caso, por exemplo, de países como Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Paraguai e Peru. Esse reconhecimento também se refletiu na legislação eleitoral por meio da incorporação de disposições relacionadas aos círculos eleitorais em territórios indígenas. Por exemplo, na Bolívia existem sete círculos eleitorais especiais<sup>9</sup> ou assentos indígenas, na Câmara dos Deputados da Assembleia Legislativa; na Colômbia, existem grupos eleitorais especiais que permitem promover e melhorar a representatividade política no parlamento (duas cadeiras no Senado e uma na Câmara dos Deputados)<sup>10</sup>; e no Equador, as Circunscrições Territoriais Indígenas desfrutam de um regime especial e garantido constitucionalmente.

<sup>8</sup> O relatório “[Habilitando a implementação da Agenda 2030 por meio do ODS 16+. Estabelecendo a paz, a justiça e a inclusão](#)” produzido pela Aliança Global a respeito do ODS 16 fornece uma análise aprofundada das tendências, oportunidades e desafios, com base em uma série de estudos de caso e consultas globais, que podem ser fonte de contribuições úteis para o trabalho de parlamentos nesta área.

<sup>9</sup> Lei nº 026 do sistema eleitoral de 30 de junho de 2010

<sup>10</sup> Assembleia Nacional Constituinte. Constituição Política da Colômbia 1991 (1991) <https://www.procuraduria.gov.co/portal/>

Devido às suas agendas lotadas, muitas vezes é um desafio para os parlamentares iniciar e manter um diálogo sobre políticas públicas com suas comunidades. Ainda sim, podem buscar contribuições regulares de seus constituintes, tanto em nível local quanto nacional. Alguns dos meios pelos quais parlamentares ou instituições parlamentares podem construir um diálogo público com a população são:

### **Fóruns públicos locais**

Tanto em um círculo eleitoral quanto em uma comunidade local, os parlamentares podem organizar fóruns públicos - formal ou informalmente - nos quais as pessoas podem fornecer feedback sobre um assunto específico (por exemplo, uma lei para alterar o código do trabalho ou o estado da educação na comunidade) ou uma discussão mais geral para debater uma série de preocupações.

As comissões parlamentares podem se envolver com o público ao considerar leis e conduzir inquéritos. As consultas podem ser informais (fóruns públicos e sessões informativas), formais (audiências públicas), técnicas (pesquisas) ou simples (solicitações de envio por SMS). As consultas também podem ocorrer virtualmente, incluindo feedback on-line, pesquisas e diálogo em redes sociais.

### **Consultas públicas**

### **Consultas partidárias**

A maioria dos parlamentares também é representante de um partido político específico e, através da estrutura partidária, pode organizar consultas e obter insights sobre as perspectivas de seus partidários.

Dependendo do assunto ou questão a ser decida pelo parlamento, é provável que exista uma organização da sociedade civil local, ou nacional, que esteja advogando ou trabalhando no campo. Ao colaborar com uma ou mais dessas organizações, o parlamento (ou parlamentares individuais) pode expandir seu alcance e garantir que as vozes, que de outra forma não seriam ouvidas, tenham a chance de contribuir com seu trabalho.

### **Parcerias com sociedade civil**

### **Redes sociais e novas tecnologias**

O acesso mais amplo aos telefones móveis e à Internet trouxe oportunidades para os parlamentos, e parlamentares, de se envolverem em um diálogo mais rápido e mais direto sobre o trabalho do parlamento e de buscar continuamente feedback e ideias.

Com os avanços da tecnologia, o custo de realização de uma pesquisa diminuiu drasticamente. Os parlamentos e parlamentares estão cada vez mais usando ferramentas on-line para obter feedback do público, antes das deliberações sobre um projeto de lei, ou, como parte de um requerimento de investigação.

### **Pesquisas**

### **Reuniões individuais e em pequenos grupos**

Parlamentares podem organizar encontros com pessoas que têm preocupações ou questões a serem levantadas, individualmente ou em pequenos grupos.

A implementação dos ODS deve ser tomada como uma oportunidade para criar uma resposta local ascendente, que reflita o contexto das comunidades locais, tomando precauções para evitar uma implementação prescritiva de cima para baixo. Portanto, o objetivo principal deve ser estabelecer um diálogo sobre os ODS com a população e as autoridades locais, permitindo-lhes expressar como querem ver o trabalho para alcançar os ODS implementados em sua comunidade.

### Promovendo a legislação participativa

Legislação participativa é o processo pelo qual parlamentos, grupos parlamentares, comissão ou membros individuais do parlamento, envolvem ativamente o público no desenvolvimento, consideração e revisão de projetos de lei que são apresentados ao parlamento.

Em alguns países, as audiências públicas provaram ser uma ferramenta útil para as comissões parlamentares, pois permitem que as mesmas escutem troquem conhecimento com especialistas da sociedade civil. No entanto, todos os mecanismos listados anteriormente podem contribuir para fortalecer o engajamento público. Além disso, os parlamentos podem aumentar a eficácia desses mecanismos sendo proativos ao fornecer informações ao público sobre seu trabalho na revisão de projetos de lei. Isso pode incluir a publicação (por exemplo, via jornal ou online) de projetos de lei, agendamento de reuniões para revisá-los, e solicitando o envio de sugestões de vários indivíduos e grupos.

### Facilitando o orçamento participativo

O Parlamento pode e deve envolver o público no desenvolvimento do orçamento anual do estado. Embora a redação e apresentação do orçamento sejam tradicionalmente de competência do poder executivo, o parlamento, em alguns países, envolve o público durante todo o ciclo orçamentário, inclusive através de consultas prévias para ouvir as perspectivas das pessoas antes de receber o orçamento do ministro de finanças. Essas consultas prévias podem ser realizadas por meio de uma comissão de orçamento ou finanças, podendo este atuar como comissão única ou principal para revisar o projeto de orçamento, antes

## Secretarias de Participação Cidadã

As secretarias de participação cidadã foram estabelecidas em vários países como um ponto de contato entre parlamentos e cidadania. Entre outras coisas, esses mecanismos podem ser responsáveis pela divulgação, comunicação e conscientização sobre o trabalho parlamentar, facilitação de espaços de consulta, incluindo, em alguns casos, o “parlamento jovem” e apoio a submissão e processamento de iniciativas populares. As secretarias parlamentares de participação cidadã foram estabelecidas, por exemplo, no Panamá (Diretoria de Promoção da Participação Cidadã da Assembleia Legislativa)<sup>11</sup>, Costa Rica (Departamento de Participação Cidadã da Assembleia Legislativa)<sup>12</sup>, Colômbia (Unidade Coordenadora de Atenção ao Cidadão)<sup>13</sup>, Peru (Participação, Projeção e Ligação com a Secretaria de Participação Cidadã)<sup>14</sup>, Paraguai (Gabinete de Participação Cidadã da Câmara dos Senadores)<sup>15</sup>, Nicarágua (Gabinete de Participação Cidadã da Assembleia Nacional)<sup>16</sup> e Chile (Academia Parlamentar da Câmara dos Deputados)<sup>17</sup>.

Alguns parlamentos realizam iniciativas públicas de divulgação para envolver o público no trabalho realizado pelos legisladores. Por exemplo, no parlamento de Trinidad e Tobago, uma “caravana parlamentar” realiza divulgação em vários espaços públicos, como parques, para envolver a comunidade em questões nacionais relevantes.

Mais informações sobre mecanismos e ferramentas para a participação cidadã no processo legislativo estão disponíveis no [Portal do Parlamento Aberto](#) do ParlAmericas.

<sup>11</sup> Assembleia Nacional do Panamá. "Participação Cidadã." Última modificação em 2019. <https://asamblea.gob.pa/participacion-ciudadana>

<sup>12</sup> Assembleia Legislativa da República da Costa Rica. "Conheça sua Assembleia." <http://www.asamblea.go.cr/ca/SitePages/Participe%20y%20consulte.aspx>

<sup>13</sup> Congresso da República da Colômbia. "Gabinete de Atenção ao Cidadão do Congresso." <http://senado.gov.co/index.php/participacion/atencion-al-ciudadano>

<sup>14</sup> Congresso da República. "Participação cidadã." <http://www.congreso.gob.pe/participacion/>

<sup>15</sup> Congresso Nacional do Paraguai. "Sobre o Gabinete de Atenção ao Cidadão." <http://www.senado.gov.py/index.php/menu-contenido/listado-de-categoria-contenido/55-oac/167-atencion-a-la-ciudadania>

<sup>16</sup> Assembleia Nacional da Nicarágua. "Participação Cidadã." <https://noticias.asamblea.gob.ni/participacion-ciudadana/>

<sup>17</sup> ParlAmericas. "Oportunidades de Participação Cidadã no Processo Legislativo." Última modificação em 2018. <https://parltools.org/en/citizen-participation/creating-opportunities-citizen-participation/>

da adoção pelo plenário. No entanto, consultas mais amplas para as demais comissões também deveriam ser incluídas. Como alternativa, o executivo pode optar por um modelo de consulta conjunta ao público, em colaboração com o parlamento.

Depois que o orçamento for adotado, as comissões responsáveis pelo monitoramento da implementação do orçamento deverão consultar a sociedade civil à medida que buscam informações sobre se e como estão sendo feitos os gastos dos vários itens da linha do orçamento. Como são esses indivíduos e grupos que verão o impacto de quaisquer despesas orçamentárias, eles estão melhor situados para informar a(s) comissão e o parlamento sobre como o orçamento deve ser implementado adequadamente.

### Contribuições públicas para monitorar a implementação de leis e políticas

Assim como nos orçamentos e na legislação, o parlamento tem um papel fundamental a desempenhar no monitoramento da implementação das leis aprovadas para garantir que o poder executivo o faça de acordo com a intenção do parlamento. Isso inclui monitorar o efeito não apenas da legislação primária, mas também de regulamentos, regras, decretos e ordens executivas, sendo essencial que o parlamento tenha um mecanismo para monitorá-las sistematicamente e, que esse mecanismo inclua os ODS. Assim, como nas outras funções de um parlamento, várias ferramentas podem ser utilizadas para obter uma visão do impacto, ou, dos desafios, encontrados em uma lei aprovada pelo parlamento e colocada em prática posteriormente, envolvendo o público e a sociedade civil nesse processo.

Algumas comissões parlamentares desenvolveram planos de ação específicos que identificam as principais ferramentas e métodos de engajamento e, como eles serão usados para manter os sistemas de consulta em andamento. Alguns parlamentos possuem planos de trabalho anuais ou calendários legislativos que explicitem como o parlamento, e suas comissões, usarão cada ferramenta de engajamento nos projetos de lei revisados ou na condução de inquéritos. Da mesma forma, outros parlamentos criaram centros de informação parlamentares que facilitam o feedback dos eleitores sobre o trabalho parlamentar.

### Plataformas eletrônicas participativas

Portais on-line foram estabelecidos em vários países para facilitar a contribuição pública no processo legislativo. Eles permitem que a cidadania não apenas siga as discussões parlamentares e envie perguntas e comentários, mas também participe em diferentes níveis do processo. Como exemplos desse tipo de mecanismo que pode ser usado pelos cidadãos para participar da discussão e aprovação da legislação relacionada aos ODS incluem: o "portal e-Democracia"<sup>18</sup> adotado pela Câmara dos Deputados do Brasil, o portal do Senador Virtual do Senado Chileno<sup>19</sup>, o Portal de Abertura Legislativa da Câmara dos Deputados da Argentina<sup>20</sup>, o site dos Fóruns Legislativos Virtuais do Congresso do Peru<sup>21</sup> e, o aplicativo Meu Senado no Senado da Colômbia<sup>22</sup>.

Além disso, muitos parlamentos da região criaram mecanismos on-line para que a cidadania possa participar de pesquisas on-line realizadas por suas comissões, que buscam obter informações públicas sobre a legislação em estudo ou apresentar propostas para consideração parlamentar. O Governo do México<sup>23</sup>, por exemplo, fornece pesquisas on-line sobre tópicos de legislação preliminar que são úteis e acessíveis aos parlamentares.

Mais informações sobre ferramentas digitais para a participação cidadã no processo legislativo estão disponíveis no [Portal do Parlamento Aberto](#) do ParlAmericas.

18 Câmara dos Deputados. "Audiência interativa." <https://edemocracia.camara.leg.br>

19 Senado da República do Chile. Senador Virtual. <https://www.senadorvirtual.cl/>

20 Câmara dos Deputados da Argentina. "Plataforma de Participação Cidadã em Propostas de Leis." Portal de Leis do Parlamento Aberto. <https://leyesabiertas.hcdn.gob.ar/>

21 Congresso da República. "Participação cidadã." [www.congreso.gob.pe/participacion/foros/?&utm\\_source=website&utm\\_medium=banner&utm\\_campaign=foros](http://www.congreso.gob.pe/participacion/foros/?&utm_source=website&utm_medium=banner&utm_campaign=foros)

22 Senado da Colômbia. "Meu Senado". Google Play Store, Vers. 2.1.6 (2019). <https://play.google.com/store/apps/details?id=gov.senado.app&hl=fr>

23 Ministério da Função Pública. "Participe com seu governo online." Última modificação em 2019. <https://www.participa.gob.mx/>

Dependendo do tamanho do círculo eleitoral do parlamentar (variando de pequenos grupos locais a um círculo eleitoral nacional), as ferramentas de contato pessoal usadas variam desde pequenas reuniões a pesquisas de opinião pública on-line. O importante é que os parlamentares criem e executem planos que tornem as consultas constituintes rotineiras e impactantes, para que os eleitores tenham uma oportunidade concreta de contribuir com o trabalho de seus representantes.

Em todos os casos em que a consulta ao público ocorre, os processos devem ser projetados para garantir que as vozes daqueles com maior risco de serem deixadas para trás sejam ouvidas e levadas em consideração.

## 2.2. Legislação no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

### Legislação de orientação para a implementação dos ODS

Em vários países, os parlamentos adotaram medidas destinadas a alinhar a legislação e a política nacional com a Agenda 2030. A Assembleia Nacional do Equador aprovou uma resolução adotando os ODS como referência obrigatória para toda a legislação e outros atos parlamentares. O Congresso do México aprovou mudanças na lei de planejamento para integrar melhor a Agenda 2030 nos processos de planejamento nacional de desenvolvimento, preparando o terreno para um maior alinhamento entre os ODS e o orçamento nacional.

Desde 2016, o Observatório de Direitos Humanos do Senado da Argentina analisa a ligação entre o trabalho legislativo e os ODS. A relação temática das leis atuais do Senado com os ODS é determinada de acordo com uma escala desenvolvida internamente, identificando os Objetivos priorizados na legislação. Além disso, o Observatório incentiva os legisladores a criar entendimentos que consagrem princípios e regulamentos que promovam a paz, a justiça e a igualdade. Por fim, desenvolve-se um trabalho de conscientização pública sobre o impacto da legislação na implementação da Agenda 2030 e na estratégia nacional de desenvolvimento. O papel desta unidade é complementado pelo Observatório Parlamentar da Agenda 2030 da Câmara dos Deputados da Argentina.

Para avançar com êxito na implementação dos ODS, os países devem usar uma ampla gama de abordagens de políticas e programas. Embora a legislação raramente seja a resposta política completa, necessária para lidar com um problema, é geralmente o primeiro passo crítico para garantir um ambiente propício à ação. Além disso, reconhecendo que o orçamento anual do Estado também é promulgado como uma lei do parlamento, a função legislativa dos parlamentos assume uma importância crítica adicional em termos de garantir que os fundos sejam efetivamente direcionados para atender às prioridades nacionais mais importantes dos ODS.

### Identificando prioridades na reforma da lei

Atingir as metas dos ODS exige frequentemente reformas legais, ou, o desenvolvimento de nova legislação. Uma lição aprendida com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), foi a necessidade de uma abordagem sistemática para permitir que os parlamentares realizem uma reforma da lei abrangente que favoreça a implementação das prioridades nacionais.

24 Assembleia Nacional da República do Equador. Resolução que compromete a Assembleia Nacional com a implementação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de todos os seus atos legislativos (2017). [https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/resolucion\\_que\\_compromete\\_a\\_la\\_asamblea\\_nacional\\_con\\_la\\_implementacion\\_de\\_la\\_agenda\\_2030\\_y\\_los\\_objetivos\\_de\\_desarrollo\\_sostenible\\_a\\_traves\\_de\\_todos\\_sus\\_actos\\_legislativos\\_20-07-2017.pdf](https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/resolucion_que_compromete_a_la_asamblea_nacional_con_la_implementacion_de_la_agenda_2030_y_los_objetivos_de_desarrollo_sostenible_a_traves_de_todos_sus_actos_legislativos_20-07-2017.pdf)

25 "Decreto para a reforma, acréscimo e revogação de dispositivos de Lei de Planejamento." Diário Oficial da Federação, 16 de fevereiro de 2018. [http://www.dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5513502&fecha=16/02/2018](http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5513502&fecha=16/02/2018)

26 Secretaria de Finanças e Crédito Público. Vinculação do orçamento às metas de desenvolvimento sustentável (2018). [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/231527/Lineamientos\\_p\\_y\\_p\\_2018\\_Anexo\\_2\\_Vinculacion\\_ODs.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/231527/Lineamientos_p_y_p_2018_Anexo_2_Vinculacion_ODs.pdf)

27 Senado da Argentina. "Observatório de direitos humanos." <https://www.senado.gov.ar/micrositios/observatorioDDHH/>

28 Senado da Argentina. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: a Agenda 2030 e seu vínculo com a atividade legislativa (2019). [https://www.senado.gov.ar/bundles/senadomicrositios/pdf/observatorio/ods\\_julio.pdf](https://www.senado.gov.ar/bundles/senadomicrositios/pdf/observatorio/ods_julio.pdf)

Deve-se considerar a possibilidade de realizar uma Avaliação das Necessidades de Reforma da Lei dos ODS, que pode ser usada para revisar todos os ODS e suas metas. Isso deve ser feito para: (i) identificar quais metas exigem novas leis ou emendas; (ii) priorizar essas necessidades e emendas de reforma da lei; e (iii) criar uma agenda de reforma legislativa de médio a longo prazo para orientar a redação e promulgação de leis. Pode ainda ser útil para promover uma melhor coordenação entre as partes públicas interessadas, relacionadas com reformas da lei em apoio aos ODS. Da mesma forma, avaliar todo o conjunto de leis existentes pode ajudar a identificar quais questões poderiam ser cobertas por um pacote mais amplo de reforma da lei, em vez de abordar cada ODS separadamente.

### **Elaboração de legislação especializada para os objetivos de desenvolvimento sustentável**

Cada legislatura possui procedimentos diferentes para redigir, enviar e aprovar leis. No entanto, em geral, os parlamentares são chamados a se engajar em três tipos de projetos de lei (de acordo e respeitando as particularidades de cada sistema legislativo e político), os quais podem ser veículos eficazes para promover a reforma da lei relacionada aos ODS:

### **Projetos de leis de iniciativa governamental**

Na maioria dos sistemas parlamentares, o governo é responsável pela redação de propostas de leis antes que serão enviadas ao parlamento para consideração. À medida que o governo continuar avançando na implementação de seu plano ODS, será fundamental garantir um programa coordenado de reforma legislativa relacionada aos ODS. Para esse fim, os parlamentares podem ser proativos em pressionar o governo a tomar medidas na redação de uma lei. Existem muitos mecanismos, como o período de debates, interpelações, perguntas escritas e convites para ministros comparecerem às comissões para propor resoluções ou moções não vinculativas, que possam chamar a atenção para questões de interesse público. As consultas da comissão também podem ser úteis, podendo ter o benefício adicional de integrar consultas públicas sobre as questões e permitir que os parlamentares forneçam recomendações concretas ao governo sobre questões que exigem reforma de lei, e como elas devem ser tratadas.

### **Projetos de lei de iniciativa parlamentar**

Em muitos sistemas presidenciais com separação de poderes, e em sistemas parlamentares semipresenciais, os legisladores podem elaborar e introduzir leis. Essas iniciativas legislativas são uma maneira útil de pressionar o governo a tomar medidas para abordar tópicos relacionados aos ODS, permitindo que os parlamentares chamem atenção para questões específicas de desenvolvimento.

### **Projetos de leis de iniciativa cidadã**

Em alguns casos, a cidadania e/ou grupos da sociedade civil podem tomar a iniciativa de redigir um projeto de lei, submetendo-o, posteriormente, aos parlamentares para que adotem e submetam à consideração do parlamento. Embora mais raro, em alguns sistemas, é possível que os cidadãos solicitem seu próprio "referendo cidadão" sobre um assunto que, se for bem-sucedido, pode ser usado para promulgar ou alterar leis.

Idealmente, os projetos de lei que tratam de questões relacionadas ao desenvolvimento identificarão explicitamente se, e como, apoiam a Agenda 2030 e ODS específicos, bem como suas metas. Isso pode ser incluído na exposição de motivos do projeto de lei e no discurso de introdução do mesmo. Os parlamentos podem encomendar uma análise de impacto dos ODS aos seus próprios secretariados parlamentares para identificar como o projeto de lei proposto afeta sua consecução. Alguns países já realizam avaliações socioeconômicas, ambientais e de impacto de gênero de projetos de lei e, as lições aprendidas indicam que esse processo pode ser sistematizado por meio da adoção de uma lista de verificação simples, que pode ser aplicada pelo secretariado parlamentar a cada projeto de lei produzido para consideração. Os parlamentares podem então usar essas informações para identificar as áreas a serem emendas.



*você pode encontrar uma lista de verificação no final dessa publicação, que fornece um guia para avaliar e revisar legislação sob o prisma dos ODS.*

### 2.3. Engajamento nos processos de aprovação e supervisão do orçamento

Para alcançar com sucesso os ODS, até 2030, é fundamental garantir que sua implementação seja adequadamente financiada, bem como garantir que o financiamento seja primeiramente direcionado para os mais marginalizados e vulneráveis. As diferentes formas de financiamento para a implementação dos ODS incluem: fundos do setor privado, financiamento de instituições de caridade, assistência oficial ao desenvolvimento (ODA, sigla em inglês), investimento direto estrangeiro e receita gerada pelo estado, como receita tributária e aduaneira. Os parlamentares devem estar cientes das formas de financiamento para determinar se as várias fontes de receita estão sendo bem coordenadas, visando evitar duplicação e sobreposição.

A lei anual do orçamento do estado é o principal instrumento de financiamento a ser utilizado por cada país para direcionar recursos para a implementação dos ODS. A questão fundamental a ser considerada é se o orçamento realmente produz resultados dentro da estrutura dos ODS, tendo em mente o objetivo geral de garantir que os esforços sejam “centrados nas pessoas” e que ninguém - especialmente de grupos marginalizados e vulneráveis - seja deixado para trás.

#### Orçamento anual do Estado

O processo de aprovação do orçamento nacional deve ser um ciclo anual contínuo, que envolve os ramos Executivo e Legislativo na estimativa de despesas e receitas, aplicando os fundos disponíveis a programas prioritários e monitorando a implementação e as despesas.

Embora o poder executivo seja formalmente responsável pelo desenvolvimento do orçamento, os parlamentares desempenham um papel fundamental na defesa das prioridades orçamentárias antes (e às vezes durante) do processo de preparação do orçamento. Em muitos países da América Latina e do Caribe, eles podem até utilizar seus poderes legislativos e de supervisão para propor emendas formais ao orçamento depois que este for apresentado no parlamento.

Os parlamentos podem fazer estimativas orçamentárias e processos de revisão de comissões que visam facilitar a revisão do orçamento proposto. Isso inclui a realização de audiências públicas com funcionários do governo, para discutir os detalhes das propostas orçamentárias e entender melhor o que o orçamento busca entregar. Os cidadãos e a sociedade civil também podem estar envolvidos nesse processo, participando de audiências e consultas para fornecer feedback sobre a eficácia da entrega de programas do governo e/ou lições aprendidas sobre ineficiências nos gastos, ou, falha em alcançar os beneficiários. Informalmente, os parlamentares podem recorrer à análise do orçamento feito pela sociedade civil ou, se envolver mais diretamente com seus próprios eleitores para identificar quais programas do governo funcionaram e quais não alcançaram os benefícios esperados.



O gráfico se adapta de: GOPAC, PNUD e BID. O Papel do Parlamento na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Um Manual Parlamentar, 32.

Ademais, o acompanhamento junto às agências e ministérios do governo, sobre as recomendações dos relatórios estaduais de auditoria, pode informar de maneira útil a contribuição dos parlamentares ao longo do ciclo orçamentário. Em alguns parlamentos, isso é feito sistematicamente por meio de processos de comissões, sob a liderança de contas públicas ou comissões de finanças e com a participação de comissões setoriais.

Além de se envolverem nos processos de preparação e aprovação do orçamento, os parlamentares também podem apoiar reformas orçamentárias que facilitem melhor a entrega dos ODS, apoiando e criando um ambiente legislativo favorável. A implementação dos ODS requer abordagens de todo o governo. Como tal, os parlamentares podem apoiar formas inovadoras de orçamento para possibilitar diferentes maneiras de trabalho intergovernamental.

A análise financeira detalhada, e os custos fornecidos para apoiar um orçamento nacional, variam de acordo com a jurisdição. Em alguns países, são fornecidas apenas informações mínimas para explicar o impacto das medidas orçamentárias propostas. Pode-se considerar a revisão da documentação orçamentária atual fornecida ao parlamento para avaliar sua adequação, em termos de orientação sobre como o orçamento é projetado, para progredir na realização dos ODS. Os parlamentares, especialmente aqueles envolvidos e membros de comissões sobre orçamento, poderão considerar trabalhar de maneira proativa com os ministérios das finanças para chegar a um formato de documentação orçamentária favorável aos ODS.

Nesse sentido, é importante que os documentos orçamentários incluam não apenas as receitas domésticas coletadas, mas as contribuições feitas por meio da assistência oficial ao desenvolvimento (ODA), e empréstimos internacionais. Em alguns países que recebem OAD, esse dinheiro é mantido 'fora do orçamento' ou em um 'orçamento de desenvolvimento' separado. No entanto, é essencial que esse aporte financeiro seja integrado ao orçamento nacional, para que os parlamentares possam avaliar adequadamente o orçamento total que está sendo alocado para prioridades nacionais de desenvolvimento, bem como examinar adequadamente a responsabilidade de todo o orçamento. Caso contrário, há o risco de se criar orçamentos insustentáveis, enquanto outros setores permanecem subfinanciados. Além disso, é mais difícil validar a responsabilidade pública pelas despesas com assistência ao desenvolvimento se elas não estiverem incluídas no orçamento. Considerações semelhantes se aplicam às despesas e atividades no país de ONGs e, filantropos e organizações internacionais.

## Supervisionando os orçamentos e despesas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Um dos papéis mais críticos dos parlamentares no apoio à implementação efetiva dos ODS é confirmar que o financiamento alocado para a realização dos mesmos é gasto de maneira eficaz e responsável, visando produzir resultados sustentáveis e impactantes. Isso é consistente com a agenda para o desenvolvimento eficaz, com o objetivo geral de garantir que dinheiro doméstico e fundos internacionais sejam gastos da melhor maneira possível. A eficácia do desenvolvimento está relacionada ao custo-benefício e resultados reais para as pessoas, especialmente as mais marginalizadas e vulneráveis<sup>29</sup>.

Na maioria dos parlamentos, a supervisão orçamentária é realizada por comissões parlamentares especializados, encarregados de revisar as despesas do governo no final do ciclo orçamentário. Embora essas comissões desempenhem um papel crítico como parte da estrutura de prestação de contas doméstica em qualquer país, eles geralmente possuem poucos recursos para realizar audiências e atividades de monitoramento de campo, bem como capacidades limitadas de análise e elaboração de relatórios dos membros da equipe.

### Orçamento sensível ao gênero

O orçamento sensível ao gênero (OSG) é uma estratégia para alcançar a igualdade de gênero, garantindo que as intervenções necessárias para eliminar as desigualdades entre mulheres e homens, meninos e meninas, sejam adequadamente financiadas. O ODS 5 inclui um indicador específico - C.1 - que compromete os países a desenvolver sistemas para rastrear e divulgar alocações orçamentárias para a igualdade de gênero. Portanto, o OSG aprimora o papel de supervisão dos parlamentos sobre os processos nacionais de planejamento e orçamento. As chaves para o sucesso nos países que implementaram com sucesso o OSG incluem amplas alianças e apoio institucional em todo o governo, parlamento e sociedade civil.

### Gabinetes parlamentares de orçamento e ODS

O Gabinete de Orçamento do Congresso da Argentina contribui para a análise do orçamento da nação, preparando relatórios para o benefício dos parlamentares e, especialmente, da comissão do orçamento. Esses relatórios avaliam se a implementação orçamentária da legislação, incluindo o orçamento anual nacional, está contribuindo para a consecução dos ODS e se as despesas estão efetivamente vinculadas a esse propósito<sup>30</sup>.

No Parlamento de Trinidad e Tobago, o estabelecimento de um Gabinete Parlamentar de Orçamento foi incluído em seu Plano Estratégico, e um Especialista em Orçamento Parlamentar prestou consultoria estratégica ao Comitê Permanente de Finanças<sup>31</sup>. A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembléia Nacional do Equador revisou os orçamentos nacionais de 2017 e 2018, alinhando-os à Agenda 2030, além de garantir alocação orçamentária adequada para gastos sociais e grupos prioritários (mulher, juventude, pessoas com deficiência)<sup>32</sup>.

Em alguns países, tentou-se estabelecer escritórios parlamentar independentes, ou pelo menos uma unidade orçamentária dentro do secretariado parlamentar, para permitir um apoio de maior qualidade a essa tarefa vital. Essas unidades devem ser dotadas de especialistas em orçamento e finanças que possam fornecer consultoria e análise econômico-financeira especializada aos parlamentares.

No contexto do monitoramento do orçamento dos ODS, especificamente, um dos principais desafios que os parlamentos enfrentam é a necessidade de dados desagregados para avaliar o impacto dos gastos em termos de alcance das metas gerais dos ODS. Notavelmente, a localização dos ODS é fundamental para o sucesso, sendo necessário garantir que os fundos e os programas sejam direcionados adequadamente aos mais necessitados. Nesse sentido, os parlamentares têm um papel crítico a desempenhar ao solicitar que os governos coletem e disponibilizem dados sobre as necessidades de seus eleitores, a fim de contribuir para processos mais amplos de planejamento de desenvolvimento e orçamento nacional.

<sup>29</sup> AWEPA. Salvaguardando os interesses do povo: parlamentares e a ajuda eficaz." Portal para o Desenvolvimento Parlamentar (2010). <https://agora-parl.org/node/3204>

<sup>30</sup> Gabinetes de Orçamento do Congresso. Identificação Orçamentária dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Metodologia (2019). <https://www.opc.gov.ar/2019/05/16/identificacion-presupuestaria-ods/>

<sup>31</sup> Relatório do Parlamento da República de Trinidad e Tobago ao ParlAmericas, outubro de 2019.

<sup>32</sup> Relatório de Gestão de Relações Internacionais - coordenação das relações internacionais ao ParlAmericas, outubro de 2019.

Tal situação pode ser particularmente valiosa em países onde os dados do orçamento são mal coletados e produzidos. Os parlamentares, e especialmente os membros responsáveis pelas contas públicas, orçamento e finanças, ou, comissões especiais dos ODS, devem considerar trabalhar proativamente com os ministérios das finanças e o escritório nacional de estatística para identificar lacunas na coleta e relatórios atuais de dados, trabalhando para melhorar a maneira como as informações são coletadas, desagregadas e entregues ao parlamento. Os parlamentares também podem trabalhar para acessar informações sobre seus constituintes, e as necessidades especiais que podem ter, para serem refletidas nas alocações e despesas orçamentárias. Essa coleta proativa de dados também pode beneficiar os relatórios gerais dos ODS, que serão necessários para acompanhar o progresso em relação aos planos nacionais relacionados, e para alimentar os sistemas globais de monitoramento.

Uma das partes mais desafiadoras da supervisão orçamentária é rastrear onde o dinheiro foi gasto e o impacto gerado na vida das pessoas, para o bem ou para o mal. Embora as instituições de auditoria possam ajudar a avaliar se o financiamento foi gasto de acordo com as leis e regulamentos, as auditorias de desempenho são menos comuns. No entanto, os parlamentos podem considerar a possibilidade de fornecer esses poderes à instituição de auditoria estadual, por meio da reforma da lei. As tecnologias da informação e comunicação estão sendo cada vez mais usadas para ajudar na supervisão e prestação de contas do orçamento, incluindo a supervisão parlamentar. Ao coletar e publicar dados de finanças e despesas, novas ferramentas tecnológicas agora permitem que os dados sejam mais facilmente desagregados (por exemplo, por gênero, demografia, geografia) para que parlamentares e outros interessados avaliem como os fundos foram gastos.

## Orçamento sensível ao clima

É necessária uma metodologia sólida para o orçamento sensível ao clima e para o rastreamento de despesas, para garantir investimentos estratégicos a longo prazo no planejamento nacional de mitigação e adaptação. [A Despesa Pública Climática e Revisão Institucional](#) (CPEIR, sigla em inglês) é uma metodologia desenvolvida pelo PNUD para identificar as despesas básicas do governo para os setores-alvo, em nível nacional. Ela permite que os países analisem a porcentagem dos gastos do PIB em mudanças climáticas, as fontes desses gastos e a arquitetura institucional relacionada. Essa metodologia já foi aplicada com sucesso em vários países das Américas, incluindo Chile, Colômbia, Equador, El Salvador e Honduras<sup>33</sup>, entre outros 31 no mundo. Embora os Ministérios do Meio Ambiente e das Finanças e Planejamento tenham sido os principais parceiros das avaliações do CPEIR, essa metodologia possui um potencial significativo para apoiar os parlamentos em seu papel de orientação e supervisão do processo orçamentário.

## 2.4. Monitorando a implementação efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Um dos deveres mais importantes dos parlamentares é supervisionar o poder executivo para garantir a prestação eficiente e eficaz de gastos, leis e programas para a população. Para esse fim, os parlamentos geralmente recebem fortes poderes de investigação, interrogação e supervisão, e desempenham um papel crítico como uma das mais poderosas instituições de prestação de contas. A Agenda 2030 reconhece explicitamente que garantir a responsabilidade durante a implementação dos ODS é de importância crucial para garantir que a Agenda seja eficaz na obtenção de resultados para todos.

<sup>33</sup> PNUD. Experiências na aplicação da metodologia de Despesas Públicas e Institucionalidade para Mudanças Climáticas (CPEIR) em Honduras, Colômbia, Chile, Equador e El Salvador (2019). [http://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/environment\\_energy/experiencias-en-la-aplicacion-de-la-metodologia-de-analisis-del-.html](http://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/environment_energy/experiencias-en-la-aplicacion-de-la-metodologia-de-analisis-del-.html)

## Desenvolvimento de mecanismos internos para monitoramento legislativo dos ODS

O Senado do Paraguai, em seu trabalho para alcançar o compromisso de abertura parlamentar de “supervisionar o poder legislativo sobre a consecução dos ODS,” criou o Programa Institucional de Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Diferentes entidades internas participam deste programa e promovem a adoção de legislação focada no cumprimento dos ODS, identificam prioridades e desafios, fornecem supervisão política e análise pós-legislativa para a implementação dos Objetivos, bem como o treinamento e capacitação de legisladores e funcionários parlamentares no assunto<sup>34</sup>. Em Trinidad e Tobago, o parlamento criou a Comissão Especial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável<sup>35</sup>; e o Parlamento da Jamaica designou a Comissão de Assuntos Internos e Externos<sup>36</sup> para considerar todos os assuntos relacionados à implementação dos ODS.

## Comissão de supervisão da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A comissão de supervisão é um dos mecanismos disponíveis mais fortes para os parlamentos se engajarem na implementação dos ODS. Isso porque, elas dão aos parlamentares a oportunidade de avaliar diretamente, e com mais profundidade, se políticas, leis e programas são efetivamente implementados em apoio aos ODS e, caso não sejam, fazer recomendações sobre como melhorar a implementação. As comissões parlamentares geralmente possuem poderes para exigir informações e documentos de órgãos do governo, interrogar funcionários - eleitos e nomeados - e realizar audiências e exames (inclusive por meio de visitas de campo) para formar seu entendimento de como o governo está cumprindo suas obrigações perante o a população. As comissões dão aos parlamentares a oportunidade de realizar exames detalhados de questões críticas, alocando mais tempo às questões individuais e envolvendo uma ampla variedade de partes interessadas em suas deliberações. Nesse sentido, os parlamentares podem desempenhar um papel essencial como elo entre o Estado e o povo, incluindo os mais marginalizados e vulneráveis.

### Usando comissões disciplinares existentes

- As comissões já estão geralmente bem estabelecidas e terão recursos financeiros e de apoio aos funcionários.
- O conhecimento do assunto já existe entre os membros e a equipe da comissão.
- Não haverá necessidade de alterar as regras de procedimento para criar uma nova comissão (embora as regras ainda possam ser revisadas para fazer referência mais explícita à supervisão dos ODS).
- Mais tempo para realizar um exame aprofundado da legislação e supervisionar cada ODS e meta (em comparação com uma única comissão de ODS que seria necessário considerar todas as leis e políticas relacionadas aos ODS).

### Criando uma nova comissão de ODS

- O lançamento de uma nova comissão para os ODS fornece uma oportunidade para o parlamento fazer uma declaração pública clara sobre a importância que o parlamento atribui aos ODS.
- A comissão poderia atuar como um ponto focal dos ODS no parlamento, tanto para o governo trabalhar com a sociedade civil quanto para o público direcionar seus esforços de apoio.
- Uma comissão única pode facilitar o rastreamento da legislação relacionada aos ODS (embora a amplitude das questões dos ODS signifique que praticamente todas as leis agora tenham alguma relevância para os ODS e devam ser consideradas em cooperação com o comitê setorial relevante).

<sup>34</sup> Relatório do Escritório de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Externa da Câmara dos Senadores - República do Paraguai ao ParlAmericas, setembro de 2019.

<sup>35</sup> Together 2030 et al., Engajando os parlamentos na Agenda 2030 e nos ODS: representação, prestação de contas e implementação: um manual para a sociedade civil (2018). <https://www.together2030.org/parliamentaryhandbook/>

<sup>36</sup> Instituto de Planejamento da Jamaica. Relatório Nacional Voluntário de Revisão da Jamaica sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2018). [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/19499JamaicaMain\\_VNR\\_Report.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/19499JamaicaMain_VNR_Report.pdf)

Muitas comissões parlamentares já estarão envolvidas em atividades que contribuem para a supervisão dos ODS, pois seus mandatos setoriais provavelmente cobrem um ou mais desses objetivos. Para garantir uma supervisão mais holística dos ODS, no entanto, deve-se considerar a revisão da amplitude do mandato e dos aspectos práticos da supervisão realizada por todas as comissões existentes.

Caso o parlamento decida integrar a supervisão das realizações dos ODS por meio de comissões existentes, as metas pelas quais cada comissão é responsável também devem ficar claras nos termos de referência. Além disso, um mecanismo de coordenação, como uma reunião trimestral de presidentes de comissões ou de seus indicados, pode ajudar a evitar uma abordagem que “concentre” a atenção em determinados ODS. Se um parlamento está disposto a estabelecer uma comissão para atuar como ponto focal e assumir a liderança no monitoramento e supervisão de um ODS específico, este deveria considerar agregar ao mandato de uma comissão já existente o papel de supervisão e coordenação de todas as atividades do governo e dos objetivos particulares do plano nacional de desenvolvimento, em vez de deixá-lo com toda a responsabilidade pelo monitoramento dos ODS.

### Órgãos parlamentares especiais responsáveis por auditar e estudar o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável

No Canadá, o [Comissário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável](#) é nomeado pelo Auditor Geral do Canadá (um Oficial do Parlamento) por um período de sete anos. O objetivo deste comissário é avaliar o uso efetivo dos recursos, o progresso e o estado do trabalho que o governo federal está realizando em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, bem como supervisionar o processo de petição ambiental. Essas [avaliações](#), bem como recomendações, são relatadas ao parlamento e encaminhadas à Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Os relatórios são discutidos em audiências de comissões parlamentares, permitindo que os parlamentares supervisionem as ações do governo sobre os ODS.

### O papel dos parlamentos na promoção da abertura governamental nas Américas e no Caribe

A abertura governamental é indispensável para o monitoramento efetivo da implementação dos ODS, permitindo que os parlamentares acessem informações em um formato aberto, o que pode agilizar a análise (inclusive por terceiros) e apoiar a tomada de decisão baseada em evidências. Os parlamentos também têm um papel importante a desempenhar no avanço da abertura legislativa, podendo revisar e adotar legislação relevante (ou seja, acesso à informação, lobby e conflito de interesses, transparência fiscal), definir a agenda nacional e, dar peso a iniciativas de abertura, construir apoio político em todas as linhas partidárias, responsabilizar o governo pelos compromissos assumidos, e melhorar abertura parlamentar. Esses esforços podem ser ampliados por meio da Parceria para Governo Aberto (OGP, sigla em inglês), que reúne governos e representantes da sociedade civil de 79 países em todo o mundo.

Para mais informações, consulte: [Parlamentos como Parceiros para a Reforma do Governo Aberto](#).

Qualquer que seja a decisão tomada, idealmente, deve-se realizar uma análise de custo-benefício para avaliar as diferentes opções, antes que o parlamento decida como gostaria de estruturar seu envolvimento com a supervisão dos ODS. Abaixo estão algumas vantagens do uso de comissões de ODS, dedicadas versus setoriais, nos parlamentos.

Também é possível adotar as duas abordagens: revisar e reconsiderar os mandatos das comissões existentes para melhor se adequarem à Agenda 2030 e criar uma comissão geral para os ODS responsável por revisar o progresso e a coordenação em geral, ou redirecionar uma comissão existente para tal fim.

### Inquéritos parlamentares

Outro poder que a maioria dos parlamentos exerce é a capacidade de iniciar uma investigação sobre qualquer questão de interesse público. Embora as regras processuais para iniciar essas investigações sejam diferentes em cada país, tal capacidade é uma ferramenta valiosa que os parlamentares podem usar para chamar a atenção para questões de importância dos ODS. Os inquéritos parlamentares podem ser conduzidos por meio de uma comissão existente e constituir uma política crítica e

mecanismos de monitoramento em apoio aos ODS. Eles permitem que os parlamentares chamem testemunhas, solicitem e examinem documentos do governo, organizem audiências públicas e debatam com maior profundidade as questões relacionadas à abordagem de um problema normativo.

É importante ressaltar que o processo de engajamento do público é particularmente benéfico - a maioria dos parlamentos permite a participação pública por escrito, oral e on-line, bem como de especialistas e outras pessoas com conhecimento especializado para comparecer pessoalmente e apresentar evidências. Ao final de uma investigação, a comissão produzirá um relatório, que representa uma excelente oportunidade para os parlamentares apresentarem ao governo e ao público recomendações de políticas, leis e programas para ação.

### **Perguntas escritas e orais e interpelações**

Um dos métodos parlamentares mais simples, mas, potencialmente, mais eficaz para exigir do governo a responsabilidade pela implementação dos ODS, é por meio de mecanismos que permitem aos parlamentares interrogar diretamente ministros ou outros funcionários do governo sobre assuntos que se enquadram em seus portfólios. Esse mecanismo difere dependendo da forma da legislatura, mas seu objetivo é o mesmo: convidar ministros ou funcionários a comparecerem em comissões ou em plenário, fazer perguntas escritas e orais e, pedir respostas públicas.

Independentemente da forma de questionamento utilizada, esses mecanismos de interrogatório podem ser formas extremamente úteis para um parlamentar levantar uma questão de ODS de interesse público no parlamento e, pedir ao governo que explique o que está fazendo em resposta.

Perguntas e interpelações podem examinar amplamente os processos de planejamento e implementação dos ODS (por exemplo, qual é o status da preparação do plano nacional de ODS? Quando será apresentado no parlamento?), ou, pode ser muito mais específico e perguntar sobre a implementação de um ODS ou meta específica (por exemplo, o que o governo está fazendo para lidar com questões de desigualdade de acordo com o ODS 10?). Além disso, pode-se questionar atividades específicas em relação a uma meta (por exemplo, o que o governo está fazendo para garantir a participação plena e eficaz das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança em todos os níveis de tomada de decisão política, econômica e pública, de acordo com o ODS 5, meta 5,5?).

#### **Perguntas escritas e orais**

→ Este é um processo usado nos sistemas parlamentares, em que uma parte do tempo da sessão é dedicada a interrogar os ministros.

→ As perguntas podem ser feitas por membros do governo e da oposição. Em um sistema parlamentar, esses ministros geralmente já são membros do parlamento.

→ Frequentemente, a exigência de responder a perguntas orais é reforçada por um sistema em que os parlamentares podem fazer perguntas aos ministros por escrito, e onde as respostas do ministro são publicadas como parte do registro parlamentar.

#### **Interpelações**

→ As interpelações são tradicionalmente usadas em sistemas com uma forte separação de poderes, onde os ministros normalmente não fazem parte do parlamento e, portanto, devem ser convidados a responder a perguntas dos parlamentares.

→ Em alguns sistemas parlamentares em que o Período de Perguntas agendado regularmente não ocorre, os parlamentares podem usar a interpelação para exigir que os ministros expliquem uma lei ou política.

→ As interpelações precisam ser submetidas com aviso prévio para que o ministro tenha tempo suficiente para providenciar sua participação. Em alguns parlamentos, uma interpelação pode estar ligada a uma moção de censura ao ministro ou ao governo.

## 3. Medidas institucionais para a Agenda 2030

### 3.1. Coordenando esforços para uma melhor implementação e supervisão

#### Compromissos interinstitucionais na implementação dos ODS

Pactos nacionais sobre a realização dos ODS com o aval dos três poderes do Estado foram assinados na Costa Rica, em 2016, pelo Presidente da República, o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Supremo Tribunal Federal<sup>37</sup> e no Paraguai, em 2017, pelo Presidente da República, o Presidente do Congresso e o Presidente do Supremo Tribunal<sup>38</sup>. Um aspecto fundamental desses instrumentos é que eles transcendem as administrações e estabelecem um compromisso que permanece vinculativo para as legislaturas e governos sucessivos.

A Câmara dos Deputados e o Senado do Chile estão representados nas Comissões Econômicas, Sociais e Ambientais do Conselho Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030<sup>39</sup>. Em El Salvador, a Assembleia Legislativa está representada no Conselho Nacional do país para os ODS, coordenado pelo Gabinete do Presidente da República<sup>40</sup>.

Uma moção de membros privados foi aprovada pelo Senado de Trinidad e Tobago, garantindo que a implementação e o monitoramento das políticas relevantes para o ODS sejam de responsabilidade do Parlamento. Essa moção está refletida na Estratégia Nacional de Desenvolvimento<sup>41</sup>, que foi apresentada na Câmara dos Deputados e no Senado. Além disso, foi criado um Comitê Misto de Seleção para revisar, analisar e fornecer recomendações para o projeto de Estratégia Nacional.

O Parlamento deve se envolver em todos os aspectos do ciclo de implementação dos ODS, incluindo planejamento, tomada de decisão, monitoramento e avaliação. Isso não é apenas por conveniência política, mas, para promover o acolhimento integral dos ODS no parlamento e entre parlamentares. Quando as leis são adotadas ou emendadas, os orçamentos relacionados à implementação dos ODS precisam ser ajustados. Assim, os parlamentos devem debater as mudanças com plena consciência dos antecedentes e do impacto das decisões que estão tomando. A maneira como um país coordenará a implementação dos ODS em todas as suas áreas de atividade dependerá de uma série de fatores, incluindo a estrutura de seu sistema político e as principais partes interessadas internas e externas. Dito isto, o desenvolvimento, a implementação e a supervisão do plano nacional de desenvolvimento é recomendado como uma boa prática pode ser aprimorada com a participação do parlamento, conforme descrito na próxima página.

<sup>37</sup> Presidência da República da Costa Rica. “Costa Rica: Primeiro país do mundo a assinar o Pacto Nacional pelo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” Presidência da República da Costa Rica, 9 de setembro de 2016. <https://presidencia.go.cr/comunicados/2016/09/costa-rica-primer-pais-del-mundo-en-firmar-pacto-nacional-por-los-objetivos-de-desarrollo-sostenible/>

<sup>38</sup> República do Paraguai. Declaração conjunta entre as Potências Estaduais da República do Paraguai, reafirmando o compromisso do país de unir esforços para buscar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (2016). <http://comisionods.mre.gov.py/themes/ods-py/assets/docs/Declaraci%C3%B3n%20Interpoderes.pdf>

<sup>39</sup> Câmara dos Deputados do Chile. Resolução sobre a adoção da agenda de 2030 das Nações Unidas. <https://www.camara.cl/pdf.aspx?prmTIPO=DOCUMENTOCOMUNICACIONCUENTA&prmID=46984>

<sup>40</sup> ONU DESA. Compêndio de medidas institucionais nacionais para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2018), 65. <http://workspace.unpan.org/sites/Internet/Documents/UNPAN97468.pdf>

<sup>41</sup> Governo da República de Trinidad e Tobago. Visão 2030 Estratégia Nacional de desenvolvimento 2016-2030 (2016). <https://www.planning.gov.tt/sites/default/files/Vision%202030-%20The%20National%20Development%20Strategy%20of%20Trinidad%20and%20Tobago%202016-2030.pdf>

### **Força-tarefa de desenvolvimento nacional ou comitê diretor**

Alguma forma de força-tarefa ou comitê diretor pode ser estabelecida pelo governo para supervisionar e orientar a implementação dos ODS. Embora esse órgão seja geralmente constituído pelo poder executivo, uma boa prática é viabilizar a associação participativa, não apenas incluindo representantes do parlamento, mas, também, do setor privado e da sociedade civil. Nos locais em que o parlamento está representado em um comitê, é importante estabelecer um mecanismo formal de prestação de contas de seus representantes, idealmente por meio de um comitê devidamente autorizado para o plenário.

### **Formulação do plano nacional de desenvolvimento**

Um roteiro estratégico plurianual que estabelece como um país pretende alcançar o desenvolvimento humano sustentável. O plano nacional de desenvolvimento descreve prioridades e indicadores-chave para medir o sucesso do governo. Assim, precisam ser especificamente revisados e alinhados com os ODS para criar um único plano nacional de desenvolvimento que incorpore os compromissos globais dos ODS e, que os localize para atender às prioridades nacionais e subnacionais. O Parlamento deve se engajar na formulação do plano nacional de desenvolvimento, ou seja, ele deve ser entregue, discutido e aprovado pelo parlamento antes da implementação.

### **Implementação do plano nacional de desenvolvimento**

Após a adoção de um plano nacional de desenvolvimento, o poder executivo deve informar regularmente o parlamento sobre os progressos alcançados e os desafios enfrentados com a implementação do plano. O regulamento interno do parlamento deve permitir que o relatório do governo seja encaminhado a uma comissão parlamentar, devidamente apta a fazer uma análise detalhada, incluindo submissões de comentários feitos pela população sobre seu conteúdo, bem como um relatório ao plenário para que seja apresentado e publicamente debatido. Os países também podem voluntariamente produzir relatórios periódicos de progresso que serão considerados pelo Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. Esses relatórios também devem ser apresentados e discutidos no parlamento.

### **Coordenação com os principais ministérios**

Em alguns países, a supervisão do plano nacional de desenvolvimento é liderada por um ministério (geralmente o ministério de planejamento, finanças ou desenvolvimento). O regulamento interno do parlamento deve prever uma revisão regular do desempenho de tais ministérios, por um comitê adequadamente autorizado que produzirá um relatório para o debate público em plenário. Esse mecanismo garante que os parlamentares e o público estejam cientes das questões e desafios da implementação do plano de desenvolvimento.

### **Trabalho com autoridades sub-regionais**

A implementação dos ODS é uma oportunidade para criar uma resposta que reflete o contexto das comunidades locais. Portanto, é importante estabelecer um diálogo sobre os ODS com as autoridades e pessoas de tais localidades, para que seja possível entender como desejam vê-los implementados em sua comunidade. Esse diálogo deve ser uma parte natural da interação entre o governo, o parlamento, os parlamentares e o público. É importante trabalhar com representantes do governo e comunidades locais, de todas as afiliações políticas, para construir um plano de desenvolvimento local, que normalmente seria formulado sob a liderança do governo local. Os parlamentares podem, no entanto, usar seus poderes e recursos para contribuir com esse processo. Podem também, procurar verificar se há coerência entre os planos de desenvolvimento nacional e local, garantindo que os ODS sejam totalmente integrados em ambos.

## Trabalhando com outras instituições de supervisão

As instituições de supervisão têm um papel importante no monitoramento do trabalho do governo na implementação dos ODS. Algumas dessas instituições podem se reportar ao poder executivo, enquanto outras se reportam diretamente ao parlamento. Independentemente dos detalhes específicos de seu mandato e estrutura de relatórios, a coordenação de esforços com essas instituições é vital para garantir a supervisão efetiva da implementação dos ODS. Abaixo está uma lista das instituições de supervisão mais comuns que podem apoiar o trabalho dos parlamentos:

A instituição superior de auditoria refere-se à agência do governo que realiza e publica auditorias financeiras e de desempenho detalhadas das agências componentes do governo. O papel desempenhado por essa instituição, no monitoramento dos gastos do governo, é crítico e sua análise detalhada beneficia o parlamento à medida que o trabalho é realizado. Geralmente, esses órgãos são obrigados a apresentar seus relatórios anualmente ao parlamento e, um comitê é encarregado de realizar uma análise mais profunda das descobertas e apresentar um relatório ao plenário para facilitar o debate do relatório. Esse processo pode ser usado para examinar mais de perto se, e como, as despesas do governo foram usadas para progredir na implementação dos planos nacionais de desenvolvimento (incluindo ODS).

Existem várias outras agências que realizam atividades de supervisão, como o comissariado de questões ambientais, ouvidorias, conselho consultivo sobre a situação das mulheres e diretoria de processos públicos.



A maioria dos países possui um órgão independente que promove e monitora os direitos humanos e investiga possíveis violações dos mesmos. Dado que numerosos ODS estão relacionados à igualdade e à promoção dos direitos das pessoas e das necessidades de grupos marginalizados, o parlamento deve se interessar particularmente no trabalho dessas agências. Essas instituições geralmente precisam se reportar anualmente ao parlamento, o que oferece uma oportunidade para o parlamento examinar se, e como, os objetivos de desenvolvimento baseados em direitos estão sendo adotados.

Alguns países possuem uma agência responsável por todos os aspectos de combate à corrupção - educação moral e cívica, investigação, acusação - enquanto em outros países várias organizações podem ter mandatos para atuar nesses componentes. O parlamento e seus comitês de supervisão (comitês de contas públicas, orçamento e finanças, ou, garantias governamentais) exercerão um exame minucioso do trabalho da agência, ou agências, envolvidas.

O Parlamento deve incentivar, quando apropriado, o compartilhamento de evidências e análises entre instituições de supervisão. Também deve promover a cooperação de maneira a maximizar a capacidade de cada agência e incentivar o compartilhamento de conhecimentos técnicos para evitar a duplicação de funções e recursos.

### Trabalhando com escritórios nacionais de estatística

Na maioria dos países das Américas e do Caribe, uma agência ou ministério do governo é responsável pela coleta, interpretação e publicação de estatísticas oficiais, como taxas de desemprego, taxas anuais de nascimento e morte, e indicadores de custo de vida e saúde. Seu trabalho é fundamental para a implementação dos ODS, pois coletam dados que determinarão se, quando e em que medida, os indicadores e critérios de cada ODS foram alcançados. Os parlamentos devem, por meio de sua função de supervisão, verificar se os dados desagregados necessários (por exemplo, por gênero, demografia, geografia) são coletados, processados e compartilhados e, se o escritório nacional de estatística tem os recursos e a capacidade para fazer isso. Nesse sentido, a legislação deve prever que o chefe dessas agências ou ministérios não deve estar sujeito a orientação política nas áreas técnicas da atividade pela qual são responsáveis. Uma vez coletados e compartilhados, os dados fornecerão evidências que podem ser usadas por parlamentos na supervisão da implementação dos ODS. Na ausência de indicadores globais para algumas metas específicas, os países podem desenvolver seu próprio conjunto provisório de indicadores, a fim de impedir a estagnação da ação e promover a responsabilidade interinstitucional.

### Colaboração com instituições e atores locais

Para alcançar uma implementação eficaz dos ODS, os atores locais (incluindo assembleias e governos estaduais e municipais) devem ser reconhecidos como principais interessados e, portanto, habilitados a desempenhar um papel significativo no processo de elaboração, alteração e implementação de estruturas legislativas. Para ajudar e facilitar sua contribuição, deve ser fornecido financiamento adequado para permitir o envolvimento do público local, bem como a programação local. Da mesma forma, durante o monitoramento e avaliação nacional da implementação, os indicadores locais de ODS devem ser considerados e/ou desenvolvidos.

Os parlamentares também devem verificar se há coerência entre os planos de desenvolvimento nacional e local e, se os ODS são totalmente integrados em ambos.

## 3.2. Fortalecer a capacidade institucional para contribuir para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A implementação efetiva dos ODS exige que todas as instituições públicas fortaleçam suas capacidades, bem como as de seus membros e funcionários. Os parlamentos das Américas e do Caribe estão avançando no desenvolvimento de sistemas e práticas que contribuirão para o sucesso de seus países na consecução dos objetivos da Agenda 2030. Para cumprir essa tarefa, todos os parlamentos precisarão continuar desenvolvendo novas capacidades e refletir sobre como seus sistemas internos devem ser fortalecidos para garantir o avanço dos 17 ODS.

### Colaboração entre o parlamento e as instituições nacionais de direitos humanos

A instituição nacional de direitos humanos da Costa Rica, o Ombudsman, e legalmente autorizado a enviar e apresentar um relatório anual à Assembleia Legislativa. Embora isso não seja exigido por lei, os membros do parlamento normalmente debatem com o Ombudsman, após a apresentação do relatório, para esclarecer várias questões do mesmo. A comissão Permanente Especial de Direitos Humanos também solicita regularmente a opinião do Ombudsman. Embora essas trocas não sejam explicitamente enquadradas no contexto dos ODS, elas cobrem vários problemas relacionados aos mesmos, desde a adoção da Agenda 2030<sup>42</sup>.

<sup>42</sup> UIP e PNUD. Relatório Parlamentar Global 2017 - Supervisão parlamentar: o poder do Parlamento de responsabilizar o governo (2017), 81. <https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2017-10/global-parliamentary-report-2017-parliamentary-oversight-parliaments-power-hold-government-account>

Muitos parlamentos já desenvolveram produtos e guias de conhecimento a serem utilizados pelos parlamentares para ajudá-los a considerar os Objetivos à medida que realizam sua constante interação com o público e o governo. Outros parlamentos podem avaliar sua capacidade interna e limites o que pode ser feito, tendo em vista a escassez de funcionários ou de membros do próprio parlamento, por exemplo. Para superar as limitações, os parlamentos podem estabelecer projetos e programas com organizações que possam auxiliá-los na capacitação, na preparação de estruturas legais e na criação de ferramentas e mecanismos para promover a conquista dos ODS. Alguns exemplos dessas ferramentas podem incluir oficinas, seminários e treinamento para funcionários e parlamentares. Quando integrado ao planejamento de longo prazo, esse apoio especial a projetos pode ter um impacto significativo na capacidade do parlamento, tendo em vista o trabalho e parceria contínua, plena e ativa, na implementação dos ODS.

Os parlamentos que desejam participar ativamente da implementação dos ODS em seu país podem solicitar apoio de organizações internacionais e regionais que fornecem financiamento, consultoria técnica e outros recursos para apoiar o fortalecimento da capacidade parlamentar e o engajamento no cumprimento dos vários Objetivos. Além disso, os parlamentos podem buscar financiamento de instituições financeiras internacionais e outros bancos de desenvolvimento regionais. Essas instituições foram criadas para, entre outras coisas, construir instituições estatais que visem garantir que os países membros cumpram seus objetivos de desenvolvimento a longo prazo, incluindo os ODS.

## O papel dos funcionários parlamentares

Pela natureza de seu trabalho, os parlamentares devem ser generalistas. A variedade e complexidade dos problemas que um membro enfrenta diariamente - desde abordar as preocupações dos constituintes até revisar projetos de leis - exige que eles adquiram rapidamente conhecimentos sobre diferentes tópicos. Independentemente de sua experiência ou especialização profissional, eles encontrarão muitos problemas que estão fora de suas áreas de experiência. Assim, os parlamentares contam com funcionários parlamentares para fornecer o apoio e a análise necessários para realizar o trabalho detalhado de um legislador.

Quase todos os parlamentos e seus membros enfrentam o desafio de lidar com um poder executivo que possui mais recursos e conhecimentos do que eles. Nesse contexto, trabalham dentro dessas restrições para desempenhar um papel construtivo na adoção e no monitoramento da legislação e orçamentos, enfrentando as mesmas restrições ao trabalhar para a implementação dos ODS. Isso significa que o parlamento precisará de funcionários altamente qualificados que tenham acesso a informações, dados e evidências claras e fortes, para poder fornecer conselhos críticos e oportunos a parlamentares e comissões. Sem esses recursos humanos, um parlamento não poderá cumprir seu papel na implementação dos Objetivos.

As formas específicas pelas quais os funcionários ajudam os parlamentares a obter o conhecimento, as informações e os dados necessários para avaliar substancialmente qualquer questão incluem: sessões informativas, audiências, identificação de partes interessadas, pesquisa e apoio geral à preparação de emendas e relatórios das comissões. Os funcionários prestam apoio ao parlamento, suas comissões e membros, no exame da legislação relevante, no orçamento anual do estado e no monitoramento de iniciativas.

Além dos funcionários do secretariado parlamentar geral, abaixo estão as três estruturas principais sob as quais os funcionários são frequentemente organizados dentro de um parlamento.

- 1. Equipe de suporte de comissões:** a cada comissão são designados funcionários dedicados, incluindo funcionários jurídicos, setoriais e de procedimento para prestar assistência direta ao presidente e aos membros da comissão durante a realização de reuniões, audiências e deliberações.
- 2. Unidades profissionais dedicadas:** Em alguns parlamentos, os membros da equipe profissional são organizados em unidades com base na área de especialização. Essas unidades - que podem ter mandatos que cobrem questões como assuntos jurídicos, procedimentos parlamentares, divulgação pública etc. - são responsáveis por fornecer consultoria e apoio a todos as comissões e membros, dependendo da demanda.
- 3. Unidades especializadas:** Há uma tendência crescente de estabelecer unidades dentro de um parlamento com bons recursos e com um papel específico relacionado a uma função central da instituição. O mais comum deles é o gabinete de orçamento parlamentar, composto por profissionais altamente qualificados, que fornece análises independentes às comissões relevantes em relação à adoção e monitoramento do orçamento anual do estado. Alguns parlamentos também estabeleceram institutos e bibliotecas parlamentares, uma espécie

de “fábrica de ideias” interna que fornecem pesquisa e análise científica detalhada e apartidária para o parlamento<sup>43</sup>.

Não obstante o método pelo qual a equipe é organizada, esses funcionários não devem apenas estar cientes dos ODS, devendo também entender como eles estão sendo implementados e reconhecer os principais atores da implementação. Os ODS devem estar sempre “no topo da lista,” pois os funcionários trabalham diariamente no setor em que as comissões têm jurisdição.

Vale a pena notar que os recursos fornecidos aos parlamentos para a contratação desses profissionais são frequentemente limitados. Como os ODS cobrem quase todos os aspectos do desenvolvimento em qualquer país, será um desafio aprimorar a capacidade dos funcionários para que eles entendam, apreciem e se familiarizem plenamente com os ODS e seus objetivos. Funcionários e parlamentares treinados e conhecedores são essenciais para a implementação dos ODS. Isso provavelmente exigirá que o parlamento realize uma auditoria ou avaliação de sua equipe para entender se possui, ou não, capacidade e recursos suficientes para atender às necessidades de cumprimento dos ODS. Essa avaliação permitirá identificar lacunas que exigem investimento para garantir que o parlamento tenha capacidade suficiente para fornecer os materiais e análises de base, podendo ser efetivamente um ator pleno na implementação nacional dos ODS.

### Guias de orientação sobre os ODS para partidos políticos

Reconhecendo que a adesão dos partidos políticos é uma condição prévia essencial para a liderança parlamentar dos ODS, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Costa Rica e no Equador desenvolveu guias de orientação para aumentar a conscientização da Agenda 2030 entre as organizações políticas<sup>44,45</sup>. Esses guias servem como ferramentas para facilitar a integração dos ODS nos programas dos partidos políticos, mas, também, para ajudar os cidadãos a revisar os vários programas em relação aos compromissos articulados na Agenda 2030.

Dando um passo adiante, muitos parlamentos formularam e adotaram planos estratégicos corporativos plurianuais, baseados em uma avaliação de necessidades e que identificam um roteiro de reformas e os recursos necessários para aumentar a capacidade e cumprir suas funções principais. Esse plano é uma boa base de evidências necessárias para advogar alocações de recursos do orçamento anual do estado e de doadores que apoiarão o parlamento em seus esforços para aumentar a capacidade de implementação dos ODS.

Um elemento-chave a ser levado em consideração ao desenvolver a avaliação da capacidade e os planos estratégicos subsequentes é o papel-chave que o parlamento deve ter para garantir que o desenvolvimento, o financiamento e a implementação da legislação sejam baseados em evidências. Como mencionado, os recursos financeiros e humanos alocados para apoiar o trabalho parlamentar são limitados, e não seria viável - ou mesmo desejável - que o parlamento sedie internamente os conhecimentos sobre todos os assuntos cobertos pelos ODS. É fundamental, portanto, que seja estabelecida uma parceria apropriada, juntamente com os mecanismos de engajamento necessários, para facilitar a colaboração entre o parlamento e as principais instituições geradoras de conhecimento, dentro (como os departamentos técnicos de vários ministérios) e fora do governo (meio acadêmico, sociedade civil, organizações internacionais e assim por diante).

<sup>43</sup> UIP e IFLA. Diretrizes para os serviços de pesquisa parlamentar (2015). <http://archive.ipu.org/pdf/publications/research-pt.pdf>

<sup>44</sup> PNUD. Manual de Orientação da Agenda 2030 para Organizações Políticas e Cidadania (2016). <https://www.ec.undp.org/content/ecuador/es/home/presscenter/articles/2016/10/26/cartilla-de-orientaci-n-para-organizaciones-pol-ticas-y-ciudadan-a-sobre-los-ods.html>

<sup>45</sup> PNUD. Guia de orientação para organizações políticas e cidadãos: articulando programas governamentais com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2017). [https://www.undp.org/content/dam/costa\\_rica/docs/undp\\_cr\\_Gu%C3%ADa\\_ODS.pdf](https://www.undp.org/content/dam/costa_rica/docs/undp_cr_Gu%C3%ADa_ODS.pdf)

## O papel dos partidos políticos

Trabalhar com e por meio de uma afiliação partidária é um aspecto importante do trabalho parlamentar, permitindo a promoção e defesa de posições e ideias partidárias dentro do parlamento. Debates e discussões são uma faceta central da vida parlamentar. Cada partido possui suas prioridades para políticas, legislação e alocações orçamentárias, visando atender às necessidades de seus constituintes. Mas, embora os partidos possam diferir sobre como alcançar os ODS, o país terá que informar se alcançou ou não os Objetivos.

Em quase todos os parlamentos das Américas e do Caribe, os membros eleitos em nome de um partido político fazem parte de um grupo<sup>46</sup>. Se um partido é majoritário no parlamento (dependendo do sistema parlamentar), está bem posicionado para se organizar em apoio aos ministros e ao poder executivo, que serão responsáveis por garantir que os ODS sejam implementados no país e por relatar internacionalmente os compromissos feitos. Uma maneira de fazer isso é estabelecer um grupo de trabalho dos ODS, com o objetivo principal de trabalhar com os vários ministérios que supervisionam a implementação dos ODS para garantir que as perspectivas dos membros do partido sejam refletidas nos projetos de legislação e no orçamento, antes da apresentação ao parlamento.

Por meio do grupo de trabalho, o partido tem a chance de discutir questões que provavelmente serão levantadas pelos grupos partidários da oposição e da minoria, e de ajustar sua posição antes da introdução do projeto de lei ou orçamento. Tais grupos também podem ser um local para discutir possíveis emendas a esses documentos, uma vez que o público tenha fornecido sua opinião por meio de procedimentos parlamentares, como audiências públicas em comissão. Para os parlamentares da oposição - não importa os meios de organização - é igualmente importante que os ODS sejam integrados no trabalho de seu partido, que haja uma ideia clara de como eles podem ser melhor implementados e, que estratégias sejam implementadas para monitorar as ações relacionadas ao ODS do governo.

Também é importante observar que, durante o prazo de implementação dos ODS (2015-2030), os grupos partidários podem muito bem passar da oposição ao governo (e vice-versa). Cada grupo partidário deve estar bem informado sobre os ODS e comprometido com sua implementação, para garantir que uma mudança no governo não resulte em atrasos desnecessários na implementação.

## Grupos multipartidários

Grupos de parlamentares multipartidários oferecem uma oportunidade para membros com interesses comuns possam discutir a promoção de legislação e políticas que refletem esses interesses. Esses grupos permitem a quebra das barreiras partidárias e promovem um diálogo entre os membros que podem ser usados para criar um consenso a ser defendido dentro dos vários grupos partidários e no parlamento em geral.

Dado que os ODS cobrem quase todas as áreas de desenvolvimento, foram criados em alguns parlamentos grupos para defender questões específicas de preocupação entre os membros. Por exemplo, uma comissão mulheres defenderá o ODS 5 (igualdade de gênero), um grupo de parlamento aberto para o ODS 16 (prestação de contas) e uma bancada verde para o ODS 13 (ação climática).

Mas, também há espaço para o trabalho geral entre partidos nos ODS. Esse grupo pode ser um local de educação, promoção e defesa dos ODS em geral. Assim, pode ser um grupo-chave na promoção da institucionalização dos sistemas necessários (e mencionados ao longo deste manual) para que um parlamento seja um participante ativo e essencial na implementação e monitoramento de ações concretas sobre os Objetivos.

Um grupo multipartidário também pode ser um local de consenso político e promoção dentro dos vários partidos políticos representados no parlamento. O grupo deve garantir que não apenas os parlamentares membros do grupo sejam informados e engajados nos ODS, mas, que estes compartilhem com seus respectivos partidos os conhecimentos relacionados aos ODS, para que esses partidos também sejam informados e envolvidos com os Objetivos. Assim, podem servir como um mecanismo para defender e representar o parlamento nas negociações com o executivo sobre questões relacionadas aos ODS.

<sup>46</sup> Em diferentes países, esses grupos são conhecidos por nomes diferentes, incluindo grupo parlamentar, bancada ou partido parlamentar.

## Como meu parlamento pode se envolver no processo nacional de ODS?

Conforme mencionado anteriormente nesse documento, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece explicitamente o “papel essencial dos parlamentos nacionais por meio da promulgação de legislação e adoção de orçamentos e seu papel em garantir a responsabilidade pela implementação efetiva de nossos compromissos<sup>47</sup>.” A lista a seguir expõe algumas maneiras pelas quais um parlamento pode contribuir efetivamente para o processo nacional dos ODS:

1

**Aumentar a conscientização:** os parlamentos podem considerar a organização de seminários informativos e atividades de desenvolvimento de capacidade. Isso poderia contribuir para a construção de um entendimento básico da Agenda 2030 entre todos os parlamentares.

2

**Participar da elaboração e supervisão de planos nacionais:** os governos devem oferecer oportunidades explícitas aos parlamentos para se engajarem na preparação dos planos nacionais de ODS e, dentro dos órgãos diretores dos ODS com múltiplas partes interessadas. Poderiam estabelecer, por exemplo, um grupo de trabalho interministerial, intersetorial e intercomitês para o desenvolvimento de um plano nacional, oferecendo ampla oportunidade para representação parlamentar. Os parlamentos precisarão insistir que os planos nacionais dos ODS sejam enviados a eles para revisão, por meio de um processo aberto. Uma vez adotado o plano, os parlamentos poderão exigir um relatório anual do governo sobre sua implementação e realizar audiências públicas.

3

**Revisar os mecanismos parlamentares existentes:** os parlamentos podem revisar seus próprios mecanismos parlamentares existentes para determinar quais poderiam ser usados para a implementação e supervisão dos ODS e, para explorar quais novos processos ou mecanismos seriam necessários.

4

**Criar uma comissão parlamentar sobre a Agenda 2030:** essa comissão pode desempenhar um forte papel de coordenação e supervisão, e deve garantir um processo participativo, permitindo audiências com a sociedade civil e outros setores; também deve ter interação direta e regular com todos os departamentos governamentais, bem como a autoridade para exigir relatórios ou convocar testemunhas especializadas.

5

**Fortalecer as comissões existentes:** cada comissão parlamentar permanente poderia identificar quais metas são relevantes para seu mandato, e quais iniciativas de reforma legislativa podem ser necessárias para preencher as principais lacunas. Também poderiam realizar avaliações de impacto de projetos de leis para avaliar o alinhamento com os ODS. Além disso, mecanismos entre diferentes partidos poderiam ajudar a garantir que os ODS sejam devidamente integrados nas comissões permanentes.

<sup>47</sup> Bernstein, Johannah. Elaborar boas práticas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - opções para a Suécia (2018). [https://agenda2030delegationen.se/wp-content/uploads/2018/05/Drawing-on-good-Sustainable-Development-Goals-practices\\_slutrapport.pdf](https://agenda2030delegationen.se/wp-content/uploads/2018/05/Drawing-on-good-Sustainable-Development-Goals-practices_slutrapport.pdf)

6

**Desempenhar um papel proativo no processo legislativo:** os parlamentos também podem desempenhar um papel fundamental no apoio à implementação dos ODS, criando estruturas jurídicas fortes, sensíveis ao gênero e aos direitos humanos, para garantir a realização dos ODS para todos os membros da sociedade. As audiências públicas serão essenciais nesse processo para garantir transparência e prestação de contas.

7

**Engajar as partes interessadas:** os parlamentos devem revisar as maneiras pelas quais se envolvem com as principais partes interessadas para garantir maiores oportunidades de engajamento por meio de, por exemplo, audiências públicas, sessões públicas de informação e reuniões técnicas. Os parlamentos poderiam considerar o desenvolvimento ou o fortalecimento de estratégias de comunicação para ouvir o público com mais eficácia. É importante que o parlamento se envolva proativamente com o público, para entender suas prioridades e avaliar a implementação dos ODS localmente.

8

**Examinar os orçamentos nacionais sob uma perspectiva de gênero:** existem várias maneiras dos parlamentos examinarem os orçamentos nacionais. Poderiam realizar, primeiramente, uma auditoria de igualdade de gênero e ODS no orçamento nacional, bem como auditorias mais específicas, mas, ainda relacionadas ao ODS, enfocando, por exemplo, a sensibilidade do orçamento ao gênero e ao meio ambiente. Posteriormente, cada comissão relevante poderia determinar o custo total da implementação das atividades dos ODS em suas esferas, com atenção aos possíveis diferentes impactos em todos os gêneros. Além disso, os parlamentos podem usar seus poderes de supervisão para exigir mais financiamento para medidas de igualdade de gênero, como um acelerador de todos os ODS dentro do orçamento nacional.

9

**Monitorar a implementação dos ODS:** os parlamentos podem iniciar suas próprias consultas públicas sobre a implementação dos ODS. Relatórios regulares devem ser enviados aos parlamentos para acompanhar o progresso nacionalmente. O monitoramento também deve considerar a importância da abordagem baseada nos direitos humanos dos ODS. Isso ajudará a elevar a importância das questões de justiça distributiva.

10

**Garantir que os ODS atendam aos mais vulneráveis:** a Agenda 2030 especifica que “ninguém será deixado para trás”. Isso exigirá abordagens personalizadas de acordo com a geografia, demografia ou outros indicadores populacionais. Os parlamentos estão bem posicionados para garantir que as vozes de grupos sub-representados e marginalizados sejam ouvidas. Os parlamentos também poderiam convocar mais debates e audiências formais, focadas nos direitos e necessidades desses grupos. Podem ainda exigir a coleta de dados desagregados para garantir que as políticas públicas não deixem ninguém para trás.

## Bibliografia

- ADB. *Engajamento parlamentar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)* (2017). <https://events.development.asia/system/files/materials/2017/04/201704-parliamentary-engagement-sustainable-development-goals.pdf>
- Campanha de Ação dos ODS da ONU e The Rockefeller Foundation. *Guia para o engajamento parlamentar na implementação, monitoramento e avaliação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)* (2016). <https://myworld2015.files.wordpress.com/2017/04/parliamentary-manual-updated.pdf>
- CEPAL. *A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma oportunidade para a América Latina e o Caribe* (2018). <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40155-la-agenda-2030-objetivos-desarrollo-sostenible-oportunidad-america-latina-caribe>
- CEPAL. *Segundo relatório anual sobre o progresso e os desafios regionais em relação à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe* (2018). <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43415-segundo-informe-anual-progreso-desafios-regionales-la-agenda-2030-desarrollo>
- Fitsilis, Fotios e Eleni, Zisioglu. 2019. *Conjunto de dados sobre o envolvimento parlamentar no monitoramento dos ODS*. figshare. doi:10.6084/m9.figshare.7945628.v2.
- GOPAC, PNUD e BID. *O Papel do Parlamento na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Um Manual Parlamentar* (2015). <http://gopacnetwork.org/wp-content/uploads/2017/04/sdghandbook2.pdf>
- NU e CEPAL. *Estratégia de Montevideú para a implementação da Agenda Regional de Gênero no âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030* (2017). <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/41107-estrategia-montevideu-implementacao-agenda-regional-genero-ambito>
- ParlAmericas. *Participação Cidadã no Processo Legislativo* (2018). [http://parlamericas.org/uploads/documents/Kit%20de%20ferramentas\\_Participa%C3%A7%C3%A3o%20Cidad%C3%A3%20no%20Processo%20Legislativo.pdf](http://parlamericas.org/uploads/documents/Kit%20de%20ferramentas_Participa%C3%A7%C3%A3o%20Cidad%C3%A3%20no%20Processo%20Legislativo.pdf)
- Plataforma de dados abertos para os ODS, *Divisão de Estatísticas da ONU*. <http://unstats-undesa.opendata.arcgis.com/>
- PNUD. *Experiências na aplicação da metodologia de Despesas Públicas e Institucionalidade para Mudanças Climáticas (CPEIR) em Honduras, Colômbia, Chile, Equador e El Salvador* (2019), [http://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/environment\\_energy/experiencias-en-la-aplicacion-de-la-metodologia-de-analisis-del-.html](http://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/environment_energy/experiencias-en-la-aplicacion-de-la-metodologia-de-analisis-del-.html)
- PNUD. *Um foco multidimensional para a agenda de 2030* (2017). [https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/human\\_development/unidad-1--un-enfoque-multidimensional-para-abordar-la-agenda-203.html](https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/human_development/unidad-1--un-enfoque-multidimensional-para-abordar-la-agenda-203.html)
- Together 2030, Universidade de Newcastle, Rede de Empresas Sociais das Filipinas, Sightsavers, World Vision, Global Focus, e PNUD. *Engajando os parlamentos na Agenda 2030 e nos ODS: representação, prestação de contas e implementação: um manual para a sociedade civil* (2018). <https://www.together2030.org/parliamentaryhandbook/>
- UIP e IFLA. *Diretrizes para os serviços de pesquisa parlamentar* (2015). <http://archive.ipu.org/pdf/publications/research-pt.pdf>
- UIP e PNUD. *Parlamentos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: um conjunto de ferramentas de auto-avaliação* (2016). <https://www.ipu.org/resources/publications/toolkits/2017-01/parliaments-and-sustainable-development-goals-self-assessment-toolkit>

# Lista de verificação para legisladores

Esta lista de verificação oferece aos parlamentares e funcionários parlamentares uma ferramenta a ser utilizada na revisão, debate, análise e apresentação da legislação, bem como na revisão e supervisão dos orçamentos nacionais. O objetivo é servir como um guia para garantir que as atividades parlamentares relacionadas à legislação e ao orçamento sejam conduzidas com base na Agenda 2030, e possam contribuir efetivamente para a consecução dos ODS.

## LEGISLAÇÃO

### Representação: Envolver as pessoas em torno da Agenda 2030

- Projetos de leis são publicados e compartilhados para permitir a participação do público.
- Estratégias de comunicação são desenvolvidas para permitir a ampla divulgação de projetos de lei.
- A sociedade civil, as instituições acadêmicas e os especialistas técnicos podem apresentar observações orais ou escritas sobre projetos de lei.
- São realizadas práticas voltadas especificamente para incluir e consultar grupos vulneráveis e tradicionalmente marginalizados.
- O público é envolvido e consultado sobre o conteúdo dos projetos de lei antes de ser considerado no parlamento.
- Governos subnacionais são envolvidos ou consultados na formulação da legislação, e contextos específicos são abordados para garantir uma implementação eficaz.

### Integração dos ODS

- O memorando explicativo anexo a cada projeto de lei inclui uma explicação de como o projeto contribui para a consecução dos ODS.
- É conduzida uma análise de como os projetos de lei se alinham ao plano de desenvolvimento nacional do governo e/ou a um plano para localizar os ODS.
- Se aplicável, é realizada uma análise de custo-benefício para mostrar o impacto do investimento permitido pelos projetos de lei para o cumprimento dos ODS.
- É realizada uma análise socioeconômica, ambiental e de gênero da lei.
- Os acordos e estruturas internacionais relacionados são considerados na elaboração da legislação.
- Consideram-se regras e procedimentos para garantir que a implementação e a realização dos ODS façam parte do mandato ou escopo de trabalho de cada comissão ou entidade responsável.

### Análise pós-legislativa (Supervisão da aplicação das leis)

- As entidades responsáveis por supervisionar a consecução dos ODS são identificadas, incluindo o papel e o apoio que podem oferecer ao parlamento.
- É realizada uma avaliação interna das necessidades (competência, recursos e capacidade de examinar efetivamente a legislação) para garantir que o parlamento, suas comissões e outras entidades internas ou externas responsáveis, tenham apoio e recursos adequados para analisar a implementação das leis.
- Existe um plano para envolver o público no monitoramento da implementação da legislação promulgada.
- Instituições responsáveis apresentam relatórios periódicos ao parlamento.
- A relevância para a consecução dos ODS é estabelecida como um critério para a seleção de leis promulgadas a serem priorizadas pelas comissões ou unidades parlamentares responsáveis por examinar a implementação das leis.





## Dados, indicadores e relatórios

- O gabinete nacional de estatística tem os recursos para coletar dados desagregados (por gênero, idade, distribuição geográfica e outras características relevantes) necessários para o monitoramento eficaz dos ODS.
- Os indicadores nacionais, desenvolvidos e/ou identificados para monitorar o progresso das realizações dos ODS, são conhecidos pelo parlamento e as estatísticas são compartilhadas periodicamente com seus membros e com o público.
- Existe um plano para compartilhar ações parlamentares, como a adoção de legislação, dentro das Revisões Nacionais Voluntárias para o Fórum Político de Alto Nível.

## ORÇAMENTO

### Representação

- As contribuições do público sobre as prioridades orçamentárias são coletadas pelo parlamento e compartilhadas com o executivo, antes da apresentação da proposta de orçamento.
- Existe um plano para participação e engajamento do público na supervisão do orçamento.
- Ferramentas são utilizadas para buscar feedback e ideias à medida que o orçamento é debatido no parlamento para expandir ainda mais seu alcance.

### Integração dos ODS

- A proposta de orçamento está alinhada com o plano nacional de desenvolvimento.
- O orçamento enviado ao parlamento para revisão e aprovação tem uma explicação de como as medidas orçamentárias buscam alcançar progresso na implementação dos ODS.
- As comissões responsáveis avaliam como o orçamento contribuirá para a consecução dos ODS e, caso tenha havido recomendações, se estas foram implementadas.
- O governo recebeu conselhos e recomendações orçamentárias do parlamento que consideravam a contribuição dos orçamentos para a realização dos ODS.

### Eficácia no desenvolvimento

- A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, sigla em inglês) e outros recursos financeiros externos são incluídos no orçamento anual como uma forma de receita.
- Existem planos para concluir avaliações de impacto da ajuda recebida.

### Prestação de contas

- Existe um plano ou procedimento para permitir que as contas públicas ou as comissões de orçamento supervisionem efetivamente os funcionários do governo, e avaliem a eficácia dos gastos do governo em questões relacionadas aos ODS e a prestação de contas por esses fundos.
- Foi desenvolvida uma lista possíveis partes interessados e instituições que poderiam ser contatados para ajudar na análise de impacto orçamentário na consecução dos ODS.





Secretaria Internacional do ParlAmericas  
703-155 Queen St., Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canadá  
Telephone: +1 (613) 947-8999  
[www.parlAmericas.org](http://www.parlAmericas.org) | [info@parlAmericas.org](mailto:info@parlAmericas.org)



Centro Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe  
Casa de las Naciones Unidas, Ciudad del Saber, Edificio 128  
Panamá, República do Panamá  
[www.latinAmerica.undp.org](http://www.latinAmerica.undp.org)